

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE SUAS FORMAS PÓS 1994 E UM
POSSÍVEL PANORAMA PÓS REFORMA
TRABALHISTA 2017**

RAFAELA AUGUSTA ORLANDO ROMEROS
DRE nº 115108709

ORIENTADOR: Prof. Wilson Vieira

DEZEMBRO 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE SUAS FORMAS PÓS 1994 E UM
POSSÍVEL PANORAMA PÓS REFORMA
TRABALHISTA 2017**

Rafaela Augusta Orlando Romeros

RAFAELA AUGUSTA ORLANDO ROMEROS
DRE nº 115108709

ORIENTADOR: Prof. Wilson Vieira

DEZEMBRO 2020

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora.

Aos meus pais e meus irmãos que mesmo longe sempre me apoiaram.
Aos meus avós por terem sido tão presentes e tão importantes em minha vida
A todos os meus amigos, meu companheiro e familiares que são parte do que eu sou.
As minhas crianças Maria Fernanda, Arthur, Cecília e Maria Eduarda por me fazerem ter
esperanças no futuro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu vô Romeros por ter sido tão importante por despertar e alimentar o meu interesse por política e sempre me incentivar a nunca parar de estudar. A minha vô Ângela por ter me participado das suas diversas lutas sindicais por direitos básicos dos trabalhadores. Aos meus avós Geralda e Sebastião por terem trabalhado duro por toda a vida para garantir o mínimo de subsistência para nossa família, o exemplo de vocês me encoraja para movermos as estruturas do capital.

Ao professor Wilson pela orientação, disponibilidade e paciência com o desenvolvimento deste trabalho. À professora Maria Malta por indiretamente me ajudar a escolher ao tema e por fazer parte da banca. Ao professor Carlos Eduardo por aceitar participar da banca e ser um brilhante continuísta da Teoria da Dependência.

A todos os professores que foram responsáveis pela minha formação.

A todos os “imas” que eu guardo no coração onde quer que eu esteja, principalmente Ariane por ter feito a minha matrícula e por não ter me deixado desistir do curso no primeiro semestre, Kássio e Rodrigo por estarem sempre ao meu lado, inclusive evitando de me convidar para programações em época de prova; e Angelina por ter me acompanhado no primeiro churrasco do IE para que eu pudesse me enturmar com a galera. Se não fossem vocês talvez eu não estaria escrevendo estes agradecimentos.

A secretária de graduação Anna Lúcia por todo apoio e dedicação, que vem desde quando eu ainda era aluna da UNIR. A propósito não posso deixar de agradecer aos meus mestres que também foram importantes nessa trajetória Otacílio, Luiz Fernando e Manolo, bem como aos amigos da 2013.1, Thais, Josi, Junior, Jonas, Assis, Charles, todo mundo.

Aos meus chefes do Instituto de Cartografia Aeronáutica por terem me apoiado e incentivado nos estudos, Sampaio, Von Dollinger, e principalmente, ao mais que chefe, meu amigo Marco Antonio. Aos companheiros de trabalho, pois sem vocês essa conquista também seria impossível, muito obrigado Paulinha, Caroline, Paulo, Suzana, Ana Carla, Lidiane, Thamiris, Thais e Alberto.

Aos meus companheiros de jornada acadêmica “A turma do balde”, Chico, Vitor, Roberta e Letícia pelo apoio, incentivo, pela troca de experiências e pelas aventuras vivemos ao longo desses anos.

Agradeço ao meu companheiro, Felipe, por ter me apoiado e incentivado, ao nosso pequeno Arthur por restaurar as minhas energias sempre que me sentia exausta, amo vocês.

E por fim, mas não menos importante, aos meus pais que fizeram malabarismo para me oferecer as melhores condições de estudo para que eu realizasse todos os meus sonhos.

A vocês o meu muito obrigada!

RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar a profundidade do grau de superexploração do trabalho, no Brasil, diante das significativas alterações da legislação trabalhista no período de 1994 a 2017. Para tanto, busca-se contextualizar a origem do conceito de superexploração do trabalho partindo de um contexto histórico, a teoria desenvolvimentista latino-americana da década de 1950 e posteriormente a teoria da dependência, nas vertentes marxista e weberiana. Partindo da origem do conceito iremos dissecar as formas de superexploração definidas por Ruy Mauro Marini e demais autores da teoria marxista da dependência, buscando também mostrar uma análise de dados sobre salário mínimo real, nominal e necessário, grau de informalidade no mercado de trabalho, cesta básica etc., para que possamos lançar um olhar concreto sobre a superexploração do trabalho. Finalizamos a monografia expondo a trajetória da modificação da legislação trabalhista brasileira no período de 1994 a 2017, a metamorfose da classe trabalhadora devido ao desenvolvimento tecnológico e à nova divisão do trabalho que cada vez mais amplia a individualização do trabalho enfraquecendo a luta da classe trabalhadora, gerando incerteza e insegurança ao trabalhador. E por fim, analisaremos dados como renda, duração da jornada de trabalho e orçamento familiar dos trabalhadores vinculados aos aplicativos de transporte e entrega, para mais uma vez lançar um olhar concreto sobre a superexploração do trabalho, desta vez sobre o recorte do setor de serviços.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência, Superexploração do Trabalho, Legislação Trabalhista.

ABREVIATURAS

TMD	Teoria Marxista da Dependência
TWD	Teoria Weberiana da Dependência
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
I - UMA VISÃO GERAL SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	10
I.1 O Contexto histórico.....	10
I.2 A Teoria da Dependência	16
II - O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO.....	27
III – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	45
III.1 A precarização da legislação trabalhista	45
III.2 O Trabalho na indústria de serviços.....	49
III.3 A superexploração através do recorte do infoproletariado conectado aos aplicativos de transporte e entrega.	50
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXO A	59
ANEXO B	67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Grau de informalidade do mercado de trabalho nos governos do PSDB	39
Tabela 2: Grau de informalidade do mercado de trabalho nos governos do PT	39

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação entre o salário-mínimo real, nominal e salário-mínimo necessário, no período de julho de 1994 a dezembro de 2002.....	40
Gráfico 2: Comparação entre o salário-mínimo real, nominal e salário-mínimo necessário, no período de julho de 2003 a agosto de 2016	41
Gráfico 3: Percentual entre o custo da cesta básica de alimentos e o salário-mínimo real – 1994 a 2002.....	42
Gráfico 4: Comparação entre o salário-mínimo real e o custo da cesta básica de alimentos – 1994 a 2002	42
Gráfico 5: Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza	43
Gráfico 6: Distribuição das pessoas na força de trabalho no Brasil de 2012 a 2020	48
Gráfico 7: A duração média da jornada de trabalho.....	51

Gráfico 8: Trabalhadores / Faixa de horas de trabalho antes e durante a pandemia	52
Gráfico 9: Renda média obtida semanalmente	52

INTRODUÇÃO

Diante da tendência crescente de desemprego vivenciado pelo Brasil nos últimos anos e a constante busca dos governos recentes para implementar uma “modernização” da legislação trabalhista com o pretexto de diminuir o desemprego, este trabalho busca, através da teoria marxista da dependência, entender como estão as condições de trabalho das pessoas na força de trabalho.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da trajetória do mercado de trabalho de 1994 até 2020, a partir do conceito elaborado por Ruy Mauro Marini em 1973 em *A Dialética da Dependência*, e como proposto pelo autor, explorar o tema em busca de atualizações das formas de ocorrência da superexploração do trabalho.

Primeiramente faremos uma contextualização histórica que irá situar autores desenvolvimentistas, como Prebisch e Furtado, e os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que surgem como alternativa à Teoria Desenvolvimentista Latino-Americana na década de 1960, abordaremos também as divergências entre a TMD e a Teoria Weberiana de Dependência (TWD). No segundo capítulo iremos nos dedicar à obra de Marini, já citada anteriormente, e como o autor conceitua a superexploração do trabalho e suas formas. Também nos debruçaremos sobre como o conceito evolui desde quando fora pensado e quais as considerações dos pensadores da TMD contemporâneos. Por fim, iremos fazer uma análise sobre as formas de superexploração do trabalho apontadas pelos autores da TMD e fazer uso dessas lentes para voltar nosso olhar para perceber o impacto que a “modernização” da legislação trabalhista teve sobre o trabalhador.

I - UMA VISÃO GERAL SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

I.1 - O contexto histórico

No início do século XX a América Latina era constituída por países que tinham suas economias basicamente apoiadas no setor agroexportador, onde suas populações eram formadas por uma grande massa de camponeses *versus* uma minoria de comerciantes e latifundiários. E devido à oferta de fatores de produção ser inelástica ocasionava uma marcada diferenciação de classes.

O cenário brasileiro no início do século XX é bem parecido com o dos demais países da América Latina: um país agroexportador que ainda estava em fase de adaptação com a mão de obra assalariada, o que vagarosamente foi modificando a dinâmica desta economia: “provocando a produção e comercialização local de uma série bens de consumo e uma utilização dos fatores de produção disponíveis.”, como aponta Bielschowsky (2004, p.175) ao analisar a obra *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado.

Neste período a economia cafeeira (que detinha o protagonismo do setor agroexportador no Brasil) passava por sucessivas crises, que por vezes eram atenuadas por outros produtos de exportação que tomavam a dianteira da economia como a borracha, o cacau e outros itens, o que de certa forma maquiou a real dimensão da crise do café. Neste período, as exportações não crescem na mesma proporção do crescimento demográfico do país, sobretudo nas áreas urbanas. E no final da década de 1910 o grande problema do Estado brasileiro se concentrava no comportamento do câmbio, devido à dívida externa contraída para financiar a economia cafeeira.

A crise mundial de 1929, somada à crise de superprodução em 1931 decretam o colapso da economia cafeeira, abrindo espaço para que novos elementos pouco ligados ao mercado externo ganhassem preponderância nas esferas de poder e consolidassem o capitalismo industrial no Brasil, tornando a indústria o eixo dinâmico desta economia.

“O período que se inicia em 1930, em seu conjunto, deve ser considerado como de implantação do sistema industrial. [...] Em sua primeira fase, a industrialização brasileira significa, essencialmente, implantação de indústrias para atender a demanda preexistente, isto é, para substituir importações. Em fase muito mais avançada é que se colocará o problema de atender à demanda gerada pelo próprio crescimento, em particular a demanda de bens de capital. (Furtado 1964, p.117 e 118)”

O período de depressão que se estende pós crise de 1929, comprometendo seriamente a capacidade de importação do Brasil, possibilita uma aceleração do processo de industrialização e o aumento da produção interna para suprir o vazio da oferta de bens anteriormente importados. Neste período, Vargas assume a presidência, diminuindo a interferência política dos grupos tradicionais e centralizado as decisões econômicas do país, que haviam sido descentralizadas após a proclamação da República.

“Caem as barreiras aduaneiras entre estados e tomam-se muitas outras medidas visando a unificar o mercado nacional e a institucionalizar distintos grupos econômicos, que assim poderiam ser utilizados como pontos de apoio do poder central.” (Furtado, 1972, p.22)

Segundo Furtado, a crise do comércio exterior impulsiona os principais investimentos do Estado, fazendo com que este crie complexos industriais em setores como petróleo, mineração, siderurgia e energia elétrica que acabam por favorecer o processo de industrialização. Outro ponto sinalizado por Furtado sobre a crise de comércio exterior é a diminuição da capacidade de importar que faz com que as indústrias busquem novas alternativas para insumos, antes, importados.

“É a este processo, pelo qual um mercado preexistente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais, incentiva a expansão da indústria local, que se chama usualmente de substituição de importações.” (Furtado, 1959 [1972], p. 23 e 24)

Diante dos processos, cada vez mais constantes, de industrialização dos países periféricos latino americanos, como observado no Brasil, se instala, em Santiago, no Chile de 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) com intuito de estudar e contribuir com o desenvolvimento destes países, visando traçar teorias que se encaixem com o modelo de desenvolvimento dos países periféricos e promover um avanço na industrialização destes países. A CEPAL tinha como foco principal aproximar os países periféricos de uma sociedade ideal e moderna que tinha como seus grandes expoentes a Europa e posteriormente os Estados Unidos da América (EUA).

Essa distinção entre países centrais e periféricos se dá após a revolução industrial onde os países foram classificados de acordo com a seu papel desempenhado na economia mundial, onde os países que detinham os meios de produção eram classificados como países centrais e os que forneciam matérias-primas eram classificados como países periféricos, pois não tinham progresso tecnológico suficiente para desenvolver seu parque industrial.

A revolução industrial carrega consigo dois efeitos diretos que são: primeiro, a transformação das técnicas produtivas, e segundo, as modificações dos padrões de consumo. Onde este se espalha pelo mundo rapidamente e aquele fica restrita aos países centrais. E para Furtado o subdesenvolvimento¹ está intimamente atrelado à forma de como se constituiu o capitalismo a partir da revolução industrial.

Conforme aponta Bielschowsky (2004, p.12), “O pensamento cepalino é conhecido principalmente pela tese de Prebisch sobre os termos de intercâmbio e pela interpretação estruturalista do processo inflacionário...”. Um dos maiores desafios dos autores cepalinos era confrontar as teorias de mercado já enraizadas e enfatizar, com base teórica, que a insistência do investimento no setor exportador afastava a tão almejada industrialização.

Bielschowsky aponta cinco pontos da teoria cepalina que os modelos estáticos ortodoxos não reconhecem, são eles: a deterioração dos termos de troca; desemprego; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, não necessariamente causado pela inflação; vulnerabilidade dos ciclos econômicos devido à dependência das atividades de exportação; e; o planejamento da utilização da moderna tecnologia nos países subdesenvolvidos. Este último em especial muito apreciado por autores brasileiros, sobretudo pelo também cepalino Celso Furtado. Outro argumento abordado pela Cepal que irá ter adesão dos intelectuais brasileiros é o planejamento estatal no processo de industrialização.

Furtado compõe a corrente desenvolvimentista do pensamento econômico e compartilha a autoria das teses estruturalistas e cepalinas, estas sob a chefia de Raúl Prebisch no período de 1950 a 1963 (que já trabalhava na instituição desde 1949), ambos os autores envidaram esforços para apontar as causas do subdesenvolvimento e encontrar maneiras para que este fosse superado.

Furtado conceitua como subdesenvolvimento a ocorrência de um dualismo estrutural, no qual uma economia agrícola atrasada abre espaço para uma economia capitalista.

“Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha de economia tipicamente capitalista, criando-se um

¹ Subdesenvolvimento este que, segundo Furtado (1964, p.79), deve ser entendido como um problema de estrutura social e não somente em termo de renda per capita, pois só assim se tem uma real dimensão do problema no plano histórico dos países subdesenvolvidos.

desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexo em toda a estrutura social. (Furtado, 1964, p.81)”

O desenvolvimento do setor capitalista se dá através da captação de fatores da economia agrícola e incorporação de novas técnicas de produção sempre que lhes for conveniente. Conforme observa Furtado (1964, p.82), o setor capitalista dos países subdesenvolvidos apresenta baixo dinamismo, proporcionando aos capitalistas grandes taxas de lucro, que jamais serão questionadas pela classe trabalhadora, tendo em vista o grande exército de mão de obra à disposição do capitalista, prejudicando, assim, um processo de luta de classes.

Para Furtado, os países subdesenvolvidos têm a classe dirigente formada por três setores: o setor latifundiário, o comércio exterior e o grupo capitalista [industrial] que abastece o mercado interno. Estes três setores, nos países subdesenvolvidos tem interesses completamente distintos: os latifundiários querem o livre mercado e são contra qualquer ação do Estado, os comerciantes também são a favor do livre mercado, mas querem que o Estado defenda seus interesses nos negócios externos e os capitalistas querem protecionismo fazendo uso da máquina estatal em benefício próprio para, por exemplo, angariar crédito e auferir lucros através do câmbio.

“As discrepâncias entre esses grupos não são muito distintas daquelas que se observavam na Europa à época da implantação do capitalismo industrial entre a aristocracia rural, grande burguesia financeira e grande burguesia industrial. Entretanto, enquanto na Europa do século XIX a autêntica luta de classes – entre assalariados e capitalistas – ia crescendo em importância e condicionando todo o processo social, nas estruturas subdesenvolvidas já não ocorre o mesmo. (Furtado, 1964, p.83)”

O Brasil guarda particularidades diante dos demais países subdesenvolvidos que irão refletir no seu desenvolvimento industrial. Segundo o apresentado por Furtado, a economia brasileira era primário-exportadora, com forte dependência externa e fortes traços de desenvolvimento mercantil.

No Brasil, o modelo de industrialização por substituição de importações teve como particularidade, devido ao alto nível de concentração de renda e alta elasticidade de mão de obra, a diversificação e introdução de novos produtos para suprir a necessidade de consumo das classes mais altas, ao invés de ampliar o processo de difusão, diminuindo a taxa de crescimento da produção industrial voltada ao consumo das classes mais populares e aumentando a

capacidade ociosa destas. “...a aceleração do crescimento do consumo dos grupos de altas rendas terá como contrapartida a agravação do subdesenvolvimento, na medida que este significa disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país.” (Furtado, 1959 [1972], p.31)

Além dos motivos estruturais, Furtado também menciona outros fatores que desaceleram o desenvolvimento industrial no Brasil no período de 1961-1964. A reforma cambial executada no início da década por Jânio Quadros gera uma queda da receita da União que se desdobrará em uma diminuição do investimento público² e um aumento da inflação como forma de atenuar a perda de arrecadação, outra consequência direta da queda na receita foi o aumento do endividamento do governo o que consequentemente gerou uma dificuldade em obter financiamentos externos mais adiante.

Furtado, além de ser um dos mais destacados autores desenvolvimentistas, participa ativamente da elaboração de políticas para promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Nesta fase, Furtado foi nomeado, ainda no sistema parlamentarista, por João Goulart como Ministro Extraordinário do Planejamento e juntamente com uma equipe sob sua coordenação elaborou o Plano Trienal³ lançado em dezembro de 1962, “seu objetivo mais geral era conciliar crescimento econômico com reformas sociais e o combate à inflação” (Giambiagi et al, 2016, p.41). Após a retomada do sistema presidencialista no início de 1963, Furtado tenta colocar em prática a estratégia de desenvolvimento cepalina com o intuito de superar a crise do modelo desenvolvimentista.

Com a negativa de crédito dos EUA à missão de Washington liderada pelo então Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, em virtude da política externa do governo de João Goulart, mais os efeitos causados pelas políticas contracionistas do Plano Trienal, as críticas internas ao governo só fazem aumentar, o que acaba acarretando o abandono do Plano Trienal e afastando do governo os responsáveis pela sua condução, Carvalho Pinto assume o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento é extinto. A mudança da condução na política

² Segundo Furtado (1972, p.32) a taxa média de crescimento da produção industrial declina de 11%, em 1956-61, para 0% no período de 1962-65.

³ Plano elaborado por uma equipe econômica liderada por Celso Furtado, com cinco objetivos específicos: “(1) garantir taxa de crescimento do PIB de 7% a.a., (...); (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço e pagamentos.” (Giambiagi, et al, 2016, p.41).

econômica causa um agravamento da crise e uma retomada na aceleração da taxa de inflação, “(...)teve início uma forte desaceleração da atividade econômica, resultante tanto das medidas contracionistas incluídas no Plano Trienal, como de fatores estruturais relacionados com a perda de dinamismo do processo de substituição de importações” (Giambiagi et al, 2016, p.43).

O aumento das pressões populares por reformas progressistas e o assombroso “fantasma do comunismo”, fazem os setores conservadores reagirem convocando a classe média para a Marcha pela Família com Deus pela Liberdade. Paralelamente se observa nas Forças Armadas um aumento do grau de politização da tropa, sendo as patentes inferiores mais alinhadas com ideologias de esquerda o que faz crescer o temor da perda da hierarquia e disciplina dos comandados, já que o alto comando tinha predileção por manter o *status quo*. Sendo este o cenário que irá desembocar no Golpe Civil-Militar de março de 1964.

Após a instauração do governo militar a política econômica toma novos rumos sob o comando dos Ministros da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967) e Antônio Delfim Netto (1967-1974), de reimplantação do extinto Ministério do Planejamento que foi comandando por Roberto Oliveira Campos (1964-1967), Hélio Marcus Penna Beltrão (1967-1969) e Mário Henrique Simonsen (1969-1979). Os três primeiros governos militares são marcados por manterem a continuidade tanto no campo político como no econômico, e este tem como foco realizar reformas estruturais, com intuito de eliminar os pontos de estrangulamento da economia, e diminuir a subutilização da capacidade produtiva da indústria.

Foi lançado em novembro de 1964 o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que atuaria em dois eixos: o de reformas estruturais e medidas conjunturais de combate à inflação. O PAEG tinha as seguintes linhas de ação: “a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda [...]; b) redução da taxa do salário real básico com respeito à produtividade média do sistema [...]; c) subsídios à exportação de produtos industriais visando dar vazão a setores que tinham insuficiência de demanda[...].” (Furtado, 1972, p.38 e 39). Como estratégia para ampliar a demanda de bens de consumo duráveis foi adotado um arrocho salarial que perdurou a partir do PAEG, e que tinha o intuito de baratear os custos de produção de bens duráveis e ampliar o acúmulo de renda do setor industrial para que este alavancasse a retomada da indústria – se a demanda operasse tendência ascendente - óbvio que tal política atingiu negativamente o setor de bens correntes de consumo. “Em outras palavras: criaram-se privilégios para a fração da classe média habilitada a gerar, a curto prazo, o tipo de demanda que pretendia-se dinamizar.” (Furtado, 1972, p.42). Outra consequência desta política apontada

por Furtado, é a baixa geração de empregos devido à preferência dos empresários em adotar tecnologias que poupam mão de obra.

Com a incapacidade da indústria se autofinanciar e a necessidade de proteger a poupança da classe média da inflação, traçou-se uma política que visava inserir as pessoas físicas no mercado de capitais e as empresas a abrirem o capital para captar recursos:

“A política seguida visou a um triplo objetivo: a) neutralizar os efeitos da inflação no que respeita à poupança da classe média; b) orientar o crédito de forma a premiar os compradores de bens de consumo duráveis e não, preferentemente os seus produtores, c) organizar o mercado financeiro, inclusive forçando a abertura de capital das empresas, de forma a que a poupança da classe média pudesse ser transformada em títulos financeiros capazes de gerar fluxo de renda real, o qual permitiria ampliar de forma considerável a demanda de bens de consumo duráveis, cuja elasticidade-renda marginal é sabidamente alta.” (Furtado, 1972, p.43)

As consequências de tais políticas foram uma indústria bastante diversificada, concentração de renda e um agravamento da condição de subdesenvolvimento, uma vez que a massa da população tinha os salários arrojados e não tinha acesso a crédito, o que inviabilizou a ampliação da demanda interna de bens duráveis, sendo necessário que o Estado adotasse políticas de subsídios para exportação destes itens, reproduzindo as práticas políticas do velho modelo agroexportador de crescimento para fora colocando economia em trajetória ascendente que se concretiza no “Milagre” Econômico. Outra forte aliada da política econômica neste período foi a inflação que garantiu o aumento do excedente dos empresários e possibilitou a geração de empregos, tornando-se um mecanismo de política econômica no governo militar. Com a sedimentação do governo instalado em 1964 o fantasma do comunismo que pairava no início da década de 1960 fora definitivamente afastado, o que proporcionou ampliação dos financiamentos internacionais oferecidos pelos EUA e da implantação de filiais de grandes empresas no território brasileiro.

I.2 - A Teoria da Dependência

Segundo dos Santos (2000, p.11), na década de 1950, a teoria do desenvolvimento alcançou o seu momento mais radical e o desenvolvimentismo passou a ser o modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas. E baseado nas concepções de W. W. Rostow, o Estado Desenvolvimentista tinha que ser um Estado forte e os seus escritos foram as principais referências das políticas praticadas nos estados ditatoriais que se instalaram na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

“O ‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 60 estas teorias perdem sua relevância e força devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que entravam em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos.” (Dos Santos, 2000, p.15 e 16)

Cláudia Wasserman diz que a teoria do desenvolvimento perdeu o prestígio no início da década de 60, particularmente pelo fracasso das economias latino-americanas que não eram capazes de transpor as barreiras impostas pelas condições periféricas. Sendo que os países latino-americanos sofreram um esgotamento da capacidade de acumulação e da realização da produção industrial. “A economia latino-americana e seu crescimento continuavam dependentes dos recursos gerados no setor primário-exportador ou do capital internacional.” (Wasserman, 2017, p.71)

O modelo de substituição de importações não fora eficaz, pois a acumulação dos países periféricos continuava ancorada no setor primário-exportador, e o desejo cepalino de constituir um projeto de desenvolvimento autônomo que superasse a dependência passa dar lugar à ideia de um sistema interdependente, que não admite tal autonomia.

O projeto de industrialização nos países periféricos teve como consequência a marginalização social, resultado de um êxodo rural associado à incapacidade de criação de empregos por parte da indústria, o que proporcionou a formação de um exército industrial de reserva, que faz com que os níveis dos salários permaneçam sob constante pressão. Outro ponto de atenção foi a baixa remuneração do capital que ocasiona um prolongamento da jornada de trabalho e a superexploração dos trabalhadores para manter o nível de acumulação, tema este que iremos dissecar com mais profundidade nos próximos capítulos.

A busca pela superação do projeto desenvolvimentista, que se mostrara ineficaz na superação do subdesenvolvimento, passa a ter relevância no cenário intelectual, inclusive entre cepalinos que acreditavam no desenvolvimento autônomo, como Celso Furtado. E é neste

contexto na segunda metade da década de 1960 que se tem início os escritos acerca da teoria da dependência.

“Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento era resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação e expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida da segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.” (Dos Santos, 2000, p.18)

É diante deste cenário descrito por Dos Santos que os autores começam a buscar por uma teoria que superasse a teoria do desenvolvimento e que fosse capaz de explicar a dependência que os países periféricos têm para com os centros hegemônicos. Dos Santos (2000, p.18) cita os suecos Magnus Blomstrom e Borj Hettne (1984) como abalizadores históricos da teoria da dependência, e traz à luz a síntese destes autores sobre as ideias centrais da teoria da dependência, comum às diferentes correntes, desta escola:

“i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;

ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;

iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como condição primeira para o processo evolucionista;

iv) A dependência, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).” (Dos Santos, 2000, p.19)

E a partir dessas ideias centrais, Blomstrom e Hettne distinguem os autores da dependência em correntes distintas. A primeira corrente é formada por autores cepalinos que buscam fazer uma autocrítica estruturalista após descobrirem os limites do desenvolvimento nacional autônomo, são grandes nomes desta corrente Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch. A segunda corrente denominada pelos autores suecos como neo-marxistas constituída pelos autores mineiros Theotônio do Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. A terceira corrente formada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é tida como uma corrente marxista mais ortodoxa pois aceita o papel positivo do desenvolvimento capitalista e não vê o

socialismo como uma necessidade para alcançar o desenvolvimento. André Gunder Frank seria a quarta corrente uma vez que ele pensa a teoria da dependência fora do marxismo ortodoxo ou do neo-marxismo.⁴ Embora Dos Santos elogie e considere os autores suecos balizadores da Teoria da Dependência ele guarda algumas críticas a classificação destes autores.

Gunder Frank se arrisca também em fazer uma distribuição dos autores da teoria da dependência em correntes e constata que existe uma grande dispersão na classificação dos autores.⁵ Iremos nos apoiar na distinção de correntes dos autores suecos e nos aprofundaremos na corrente neo-marxista, mais especificamente na obra de Ruy Marini.

Diante do cenário já descrito no início da década de 1960, reúnem-se na então recém fundada Universidade de Brasília (UnB), a convite de Darcy Ribeiro, André Gunder Frank, que assume o cargo de professor desta instituição em 1963, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, que além de discentes da pós-graduação também eram professores assistentes da graduação, e iniciam juntamente com outros cientistas um seminário permanente de estudos de *O Capital*, buscando aplicar as análises de Marx no desenvolvimento histórico dos países latino americanos, isto em um momento no qual o temor do comunismo se amplia nas classes médias e altas do Brasil.

No final da década de 1950 as ideias desenvolvimentistas eram predominantes na academia brasileira e latino-americana, com as quais Marini tivera contato durante a sua formação na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAP) através de Alberto Guerreiro Ramos, que tinha influência absoluta sobre Marini durante seu período de formação Administração Pública, conforme relatado em seu memorial. Em 1958, Marini segue para a França para estudar Ciências Políticas no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris por dois anos. Neste período Marini tem o primeiro contato com as obras de Hengel e se aprofunda nas obras de outros autores marxistas, principalmente Lenin. É a partir deste momento que Marini se afasta das teses cepalinas de desenvolvimento e se dedica a busca de uma alternativa teoria à Cepal, por considera a proposta de desenvolvimento norte americana e francesa e a consideram falaciosa.

4 Segundo os autores suecos Fernando Henrique também aparece entre a primeira e a segunda corrente, embora os autores desta desprezem essa classificação. Cabe aqui ressaltar que discípulos da Teoria Marxista da Dependência como Carlos Eduardo Martins e Nildo Ouriques descartam totalmente a inserção de Fernando Henrique Cardoso dentro da TMD. Ver Martins (2011, p.232) e Ouriques (1995, p.96) para eles FHC deve ser enquadrado dentro da Teoria Weberiana da Dependência.

5 Ver Dos Santos, 2000, p.22.

“As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no após-guerra pela descolonização” (Marini, 2011 [1990], p.60)

Conforme Wasserman (2017, p.48), independente da corrente de pensamento, os intelectuais brasileiros da época estavam focados em atingir o desenvolvimento para que pudessem almejar outras etapas, sanar os principais problemas do país e partir para uma expansão capitalista sustentável ou para o socialismo, conforme o pensamento de cada corrente.

No Brasil os embates teóricos e acadêmicos das diferentes correntes de pensamento ocorrem entre o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) – que se torna Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) na segunda metade da década de 1950 - e a Liga de Emancipação Nacional criada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Ibesp e o Iseb tinham o objetivo de discutir e projetar os rumos do desenvolvimento nacional, já a Liga de Emancipação Nacional objetivava unificar a defesa da soberania nacional e a luta anti-imperialista além de uma agenda reformista.

O grupo de autores de Brasília acreditava que os países latinos alcançariam o desenvolvimento capitalista, mas este viria através do subdesenvolvimento e esta é a primeira alternativa à teoria cepalina apresentada por Frank em 1965⁶, e posteriormente aprofundada também por Theotonio dos Santos sem que ambos se distanciem da Teoria da Dependência

Antes de se encontrarem em Brasília, Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos participaram da fundação da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop), que se apresentava como uma alternativa partidária ao PCB. Dentre as pautas abordadas nos três primeiros congressos da Polop, realizados entre 1961 e 1964, enfatiza-se a radicalização das classes trabalhadoras e a necessidade de aliança entre os trabalhadores rurais e urbanos em um partido autônomo e distinto do PCB ou PTB, como destaca Wasserman:

“Os jovens estudantes e professores da UnB militantes da Polop, [...]. Eram contrários ao reformismo do PCB, porque não concordavam com a tese segundo a qual existiam resquícios feudais a serem eliminados no Brasil, a exigir uma revolução burguesa capitalista. Também não admitiam que o subdesenvolvimento fosse

⁶ Capitalismo y subdesarrollo en América Latina

resultado da herança pré-capitalista dos países latino americanos. (Wasserman, 2017, p.64)”

A efervescência dos movimentos populares no início da década de 1960, como as Ligas Camponesas, a revolta dos sargentos e o movimento operário, somada à ameaça aos privilégios das classes dominantes convergem no golpe de estado cívico-militar de 1964 que depõe e extradita o Presidente João Goulart após o mesmo tentar implementar uma série de reformas estruturais que garantiriam uma melhor distribuição de renda no país. Um dia após o golpe, em 1964, a UnB fora invadida e seus professores e estudantes foram perseguidos. Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos foram perseguidos por subversão.

Marini, conforme relata em seu memorial (2011 [1990]) foi preso e torturado duas vezes antes de conseguir exílio no México, país onde produziu grande parte de sua obra e tornou-se professor e pesquisador da *Universidad Nacional Autónoma de México (Unam)*. Já Dos Santos e Bambirra permaneceram clandestinos no Brasil por dois anos e depois foram para o Chile, onde se incorporaram ao corpo docente do Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidad de Chile e reencontraram Gunder Frank, em 1968, depois dele ter lecionado no México e no Canadá.

É no exílio que os autores da corrente neomarxista alcançam relevância acadêmica e intelectual, tendo como metodologia teórica o materialismo histórico para explicar e tentar traçar saídas para o desenvolvimento das sociedades latinas, principalmente do Brasil.

No México Marini se torna um pesquisador consagrado e admirador do movimento estudantil, movimento este que lhe inspirou alguns artigos em jornais mexicanos. A proximidade de Marini com os movimentos estudantis e repreensão dos atos estudantis em Tlatelolco⁷ lhe renderem mais uma extradição, desta vez Marini embarca rumo ao Chile para encontrar os seus amigos da UnB.

Quando chegou ao Chile, em 1969, foi recebido pelos amigos brasileiros que já se encontravam no país, como Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Logo que chegara Marini fora para a cidade de *Concepción*, onde lecionaria na *Universidad de Concepción* em retribuição à intervenção desta instituição e da sua Federação de Estudantes para sua entrada

7 “O episódio conhecido como Massacre de Tlatelolco ocorreu em 2 de outubro de 1968, após vários meses de agitação e greves estudantis e a demissão do reitor da Unam em setembro, em decorrência das manifestações dos estudantes.” (Wasserman, 2017, p94)

no Chile posterior ao exílio no México. Foi em *Concepción* que Marini se aproxima do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), movimento que tem forte influência de Fidel Castro e do ideário de Ernesto Che Guevara⁸. Apesar do MIR discordar das vias pacíficas ao socialismo defendida por Salvador Allende, o movimento apoia sua candidatura à presidência do Chile. Com a eleição de Allende aumenta-se a efervescência e o entusiasmo dos intelectuais de esquerda, e com isso Marini aceita o convite do Cesó e se muda para Santiago no final de 1970.

Foi como integrante do Cesó que Marini começa a trabalhar a sua obra de maior relevância no campo intelectual: *Dialética da Dependência*, na qual buscava compreender o caráter do subdesenvolvimento dependente da economia latino-americana a partir da construção teórica de Marx, conforme deixa explícito em seu memorial. (Marini, 2011 [1990], p.85)

A *Dialética da Dependência* é considerada pelo autor um divisor de águas nos estudos da realidade latino-americana, uma nova alternativa para os estudos marxistas. Em torno da sua publicação orbitam a disputa intelectual que divide a opinião acadêmica sobre a autoria da Teoria da Dependência, de um lado Marini e sua inovadora teoria e do outro Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e suas críticas à versão incompleta intitulada: *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*, publicada por Marini na revista *Sociedad y Desarrollo*. As críticas de Cardoso e Faletto são publicadas na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* sob título de Dependência e desenvolvimento na América Latina (1969), no México e posteriormente publicada no Brasil em 1970, antes mesmo de Marini publicar a versão completa do seu artigo no Congresso Latino-Americano de Sociologia em 1972.

Para Marini, a urgência de Cardoso se dava ao receio de perder a posição conquistada no *mainstream* das ciências sociais latino-americanas que fora ameaçada com a publicação do artigo em *Sociedad y Desarrollo*, conforme consta em seu memorial.

Martins, em sua obra *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011) sintetiza as duas matrizes metodológicas da teoria da dependência: a marxista, que concentra as obras dos autores Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Orlando Caputo, e a weberiana, que tem como grandes nomes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Segundo Martins a primeira “... propõe-se a interpretar a formação social latino-

⁸ Ver website <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/mir> acessado em 27/04/2020.

americana utilizando o marxismo de forma criativa, libertando-o da visão dogmática dos partidos comunistas.” e a segunda “... parte de teses cepalinas, ainda que busque subvertê-las, e sofre forte influência weberiana, ganhando também projeção regional e internacional.” (Martins, 2011, p.229)

As teorias da dependência transpõem o entendimento da realidade latino-americana a outro patamar. Embora apresentem soluções distintas, compartilhavam da ideia sobre o desenvolvimento do poder de decisão nacional.

“Os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos. [...] A reprodução da dependência era também a de uma divisão internacional do trabalho hierarquizada. Ela significava a existência de uma estrutura econômica, social, política e ideológica simultaneamente nacional, internacional e específica dentro da economia mundial. E o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial.” (Martins, 2011, p. 230. Grifo meu)

Martins aponta que embora as teorias sejam próximas na identificação de dependência vão se afastar na análise das dinâmicas, dos padrões de desenvolvimento e nas propostas para superação da dependência.

Para Cardoso e Faletto a dependência latino-americana era marcada pelo modelo ambíguo onde as nações tinham autonomia política, mas suas decisões econômicas orbitam em função do mercado internacional, sendo que as decisões políticas eram dominadas pelas econômicas, que se atinham em uma estrutura produtiva em função do mercado mundial. Embora Cardoso e Faletto não vissem essa dependência do mercado mundial como um problema em si, desde que as nações periféricas se mantivessem em uma espécie de desenvolvimento negociado juntamente com a expansão do mercado interno, sem que estas atingissem o patamar das nações centrais.

“Uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam ao mesmo tempo de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que o condicionam [...] uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países

desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento.” (Cardoso e Faletto, 1986, p.27, *apud* Martins, 2011, p.233)

A fase da economia mundial que se inaugura no pós guerra, é caracterizada por investimento norte-americano nos países periféricos. Esta tendência de investimento internacional acaba estimulando o investimento doméstico e expandindo o mercado interno. Cardoso e Faletto se referem a esta fase como internacionalização do mercado interno.⁹ Segundo apontado por Martins, a nova divisão do trabalho onde os países dependentes desenvolvem a produção de bens de consumo duráveis em detrimento do desenvolvimento do setor de bens de capital, mantendo-os subdesenvolvidos e dependentes tecnologicamente dos países centrais, impedindo a expansão da acumulação burguesa nacional. A dependência tecnológica traz consigo a dependência financeira, pois na ânsia da burguesia nacional de acumulação de excedentes, os recursos advindos dos modelos de substituição de importações não eram suficientes para manter o nível de acumulação, gerando um desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Cardoso e Faletto irão afirmar que o sistema democrático pode funcionar conjuntamente com o modelo de capitalismo dependente, permitindo um livre arbítrio do capital em elencar seus interesses, e a desigualdade social gerada pelo modelo seria compensada no médio e longo prazo pelo dinamismo do modelo. Estes autores consideravam a ruptura com o sistema democrático uma aventura. (Martins, 2011, p.236)

A corrente marxista da dependência parte das teses de Marx sobre o capitalismo ser enraizado na competição e na acumulação de mais-valia, vislumbrando um descolamento do marxismo dos partidos comunistas e uma forte crítica ao pensamento desenvolvimentista, defendido pela Cepal. Também são influenciados por autores como Paul Baran¹⁰ e André Gunder Frank, sobretudo quanto à apropriação internacional dos excedentes produzidos nos países periféricos e pelo controle dos países centrais sobre os monopólios comerciais, produtivos e financeiros exercidos nos países dependentes. Martins aponta para uma relação

⁹ Marini (1978) questiona esse conceito e diz que o que realmente acontece é a internacionalização das estruturas de produção. Em 2001 FHC se retrata em um discurso proferido na ocasião onde fora condecorado Doutor Honoris Causa pela Flacso, sem mencionar Marini. (Martins, 2011, p.234, nota 195)

¹⁰ “As sociedades dividem os recursos entre os destinados ao consumo e aqueles dedicados à formação da poupança e ao investimento, correspondentes ao excedente. Mas, para Baran, os países subdesenvolvidos teriam seu excedente apropriado pelos investimentos estrangeiros e todo o sistema financeiro e comercial organizado em torno deles. Esses investimentos se vinculariam à montagem de um aparato produtivo e de serviços exportador, precariamente articulado ao mercado interno.” (Martins, 2011, p.237)

paradoxal do financiamento internacional, ao mesmo tempo que ele apoia financeiramente as economias periféricas, ele é uma fonte de descapitalização que se apossa dos excedentes, sendo alternativa à submissão capitalista a revolução socialista, possibilitando o desenvolvimento através do controle nacional dos excedentes.

Partindo das teses de Marx, nas quais o capitalismo é fundado na competição e na acumulação de mais-valia, sendo esta ampliada no caso dos monopólios apresentarem dinamismo tecnológico, os países dependentes ao serem inseridos na divisão internacional não tinham condições de competir com a tecnologia dos países centrais se tornando reféns desse ciclo de acumulação que beneficiava, sobretudo, o capital estrangeiro. E conforme sintetiza, Martins, para os autores da TMD as classes dominantes dos países dependentes se submetiam a esta situação inferiorizada pois objetivavam o superlucro. “Dessa forma, cristaliza-se entre as classes dominantes dos países periféricos uma busca de superlucros que se realiza pela associação às bases tecnológicas, financeiras, comerciais e institucionais do capital internacional”. (Martins, 2011, p.240)

“Marini menciona que no capitalismo a mais-valia é produzida mediante a desvalorização dos bens de consumo necessários, mas a capacidade do capitalista individual se apropriar de efetivamente, no âmbito da circulação de mercadorias, depende da produtividade do trabalho. A produção de mais-valia e a sua apropriação pela produtividade do trabalho são realidades distintas que nem sempre coincidem. As classes dominantes dos países dependentes vão buscar na tecnologia estrangeira a fonte de apropriação de mais-valia independentemente de sua produção. Voltadas para as necessidades da economia mundial, concentrarão o desenvolvimento da produtividade nos segmentos direcionados para o mercado internacional ou para as frações do mercado interno dirigidas ao consumo suntuário.” (Martins, 2011, p.240)

Marini irá criticar a teoria cepalina do intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca, pois para o autor da TMD esses conceitos devem ser entendidos através da concorrência. Os autores da TMD também acreditavam que a acumulação de mais-valia não era um fator limitante para o progresso técnico, mas impedia que as nações dependentes eliminassem ou reduzissem a pobreza no decorrer do processo de desenvolvimento, diferentemente do que acreditavam Cardoso e Faletto. Além de contar a superexploração¹¹ do trabalho ameaçando constantemente os níveis de renda das camadas mais populares.

¹¹ Iremos nos aprofundar neste conceito criado por Marini no próximo capítulo.

Para Dos Santos e Bamberger o capitalismo dependente estaria limitado pela acumulação externa de capitais, devido ao setor de bens de capital ser majoritariamente dominado pelo capital estrangeiro.

A alternativa apontada pelos autores da TMD para a superação deste modelo seria o socialismo, com intuito de transpor o desenvolvimento econômico dependente e diminuir a pobreza e a miséria.

A rivalidade entre as duas correntes da teoria da dependência irá se prolongar ao longo da década de 1970. Em 1978, Cardoso e Serra publicam um artigo intitulado “*Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*”, e em resposta Marini publica “*Las razones del neodesarrollismo*”, ambos na *Revista Mexicana de Sociología*, da Unam. Diferentemente do que ocorrera no México, Cardoso e Serra publicam no Brasil somente o artigo de sua autoria e ignoram a réplica de Marini, o que é considerado por muitos estudiosos da Teoria da Dependência como desonestidade intelectual. Segundo o memorial de Marini, tal omissão se deu devido à preocupação dos autores com a reinserção dos autores da TMD no meio acadêmico brasileiro, visto que a anistia política estava cada vez mais próxima.

Os autores de Brasília tiveram grande difusão de sua obra fora do Brasil, justamente por causa da sua inovação em explicar o desenvolvimento do capitalismo fora das economias dominantes, com uma abordagem que se distingue do que vinha sendo trabalhado nos anos 1960. Nas palavras de Dos Santos descritas em seu memorial (1994), e citado por Wasserman (2017), “o que havia de mais ousado na intelectualidade brasileira” e “o trio polemizado pelo mundo inteiro”. Para Wasserman (2017, p.105), o grupo de Brasília era conhecido por seu radicalismo em enfrentar polêmicas em todos os ambientes intelectuais enfrentando o pensamento hegemônico da época, passando, por isso, a ser denominados como “corrente radical da teoria da dependência”, o que pode ter contribuído para que a obra desses autores continuasse menosprezadas no Brasil, mesmo depois da redemocratização.

E é devido à pouca difusão das obras desses autores no meio acadêmico que se torna tão relevante pesquisar sobre a Teoria Marxista da Dependência, sobretudo sua obra fundamental e inovadora, *Dialética da Dependência*. E é através dos conceitos formulados por Marini que iremos nos debruçar para explorar as formas da superexploração do trabalho no Brasil e como estas podem ter sido atualizadas diante da precarização do trabalho.

II – O CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Para Marx (MARX, 1889, *apud* MARINI, 2011[1973], p.131), existem duas formas distintas de acelerar a acumulação de capital: a primeira delas é a praticada nos países centrais, que é o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, e a segunda, praticada nos países dependentes, que é por via de uma maior exploração do trabalhador. Ruy Mauro Marini em “A Dialética de Dependência – 1973” considera que a forma de acumulação praticada nos países dependentes é consequência de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas e por isso nenhuma economia dependente poderia se desenvolver como as economias capitalistas centrais, pois ao entrar no fluxo de comércio global os países latino-americanos devem compensar a perda de mais-valia da produção interna, a fim de conseguirem competir com o nível de desenvolvimento dos países centrais.

Marini (1973), discorre sobre as anomalias do padrão de acumulação dos países dependentes, principalmente a América Latina, e os fatores que favoreceram este tipo de acumulação, que terá como consequência direta a *superexploração do trabalho*.

Segundo Marini (2011[1973], p.147) a superexploração do trabalho pode ser conceituada da seguinte forma:

“O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da capacidade produtiva.” (Marini, 2011 [1973], p.147)

Além de conceituar a superexploração do trabalho em sua obra publicada em 1973, Marini, elenca três formas de extração de mais-valia, podendo ocorrer isoladas ou simultaneamente, sendo: o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento de tempo de trabalho excedente e redução do consumo operário além do limite normal. Esses métodos de maior extração de mais-valia são buscados pelos capitalistas dos países dependentes para suprir a necessidade por lucro, que é exacerbada pelo efeito das trocas desiguais entre os países centrais e dependentes. Segundo Martins (2011, p.276), estas três formas de extração de mais-valia, levariam a um desgaste superior da força de trabalho, podendo levar a um esgotamento prematuro da capacidade produtiva ou impedindo a sua conservação em estado normal. Como podemos observar, diante dos escritos de Marini que: na indústria fabril um aumento do trabalho gera simultâneo aumento do investimento em capital constante, diferentemente das indústrias extrativas e na agricultura, que são a base do setor industrial dos países dependentes. O efeito

que o capital constante tem sobre a produtividade destas indústrias é muito pouco significativo, sendo possível aumentar a produtividade apenas com o aumento da exploração da força de trabalho, ou seja, maiores lucros sem qualquer capital adicionado. Marini pontua que como as indústrias extrativas e a agricultura são atividades produtivas baseadas no uso intensivo da força de trabalho, o que permite baixar a composição orgânica do capital resultando em maiores lucros e aumento da taxa de mais-valia. Seja por quê o trabalhador é obrigado a aplicar uma força de trabalho superior ao que deveria empregar normalmente - o que gera um esgotamento prematuro - ou porque lhe é retirada a possibilidade de consumo do mínimo necessário para conservação da sua força de trabalho. As formas de extração de mais-valia evidenciam que o trabalhador é remunerado abaixo de seu valor, o que caracteriza a superexploração do trabalho.¹²

É típico do capitalismo que a força de trabalho seja tratada como mercadoria, sendo assim, o capitalista se apropria não só do produto do trabalho, mas também da força de trabalho, e é esta condição que marca a superioridade do capitalismo sobre os demais modos de produção, além de delegar ao próprio trabalhador a responsabilidade sobre o seu tempo não produtivo. E enquanto houver uma facilidade de reposição da mão-de-obra a superexploração do trabalho tende a levar a um maior desgaste do trabalhador devido à uma aplicação superior de força de trabalho, em busca de maiores taxas de mais-valia.

Outra peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano pontuado por Marini é que a produção independe da capacidade do consumo interno, pois o eixo de circulação é voltado para o mercado mundial, ou seja, as economias dependentes não se valem do duplo caráter do trabalho – o trabalhador produtor e consumidor – e sem este elemento essencial para a criação de demanda para a produção interna do país, o fluxo de produção não se conecta com o fluxo de circulação, ou seja, “o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia (Marini,2011 [1973], p.157).”, isto faz com que o sistema tenda a explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se importar em como será reposta essa força de trabalho pois existe um exército de reserva esperando para ser incorporado ao processo produtivo.

¹² Martins afirma que embora as formas de superexploração sejam predominantes nos países com baixo desenvolvimento tecnológico, elas não são exclusivas destes, nas suas palavras: “A maior exploração do trabalho, embora caracterize as formas de acumulação em situações de baixo desenvolvimento tecnológico, não se resumiria a esse cenário, expandindo-se durante a evolução tecnológica do modo de produção capitalista.” (Martins, 2011, p.277). Como também assinala Marini, ao se referir à rigidez das jornadas de trabalho nos países centrais.

“A economia exportadora (...) é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as condições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional.” (MARINI, 2011 [1973]: p.157)

Como a economia exportadora latino-americana não dá a devida importância ao consumo dos trabalhadores, sacrificando o consumo individual destes em prol das exportações dos bens produzidos, faz com que haja uma compressão da demanda interna e o mercado mundial se torna a única porta de escoamento da produção interna, simultaneamente, o lucro acumulado, derivado das exportações, desenvolve nos capitalistas expectativas de consumo que não serão realizadas pela produção interna, sendo a importação a única forma de realizar tais expectativas de consumo. Formam-se duas esferas de circulação: a esfera baixa (formada por trabalhadores) e a esfera alta (formada por não trabalhadores, que supre a sua demanda através de importações), estas duas esferas de circulação expressam a limitação da economia latino-americana.

Marini afirma que a industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas, a compressão do consumo individual do trabalhador, derivada da economia exportadora, e o consumo da esfera alta orientado para o mercado mundial, salvo em ocasiões de choques externos, como no período de conflitos externos, que reorientavam este consumo da esfera alta para o mercado interno coincidindo com o consumo da esfera baixa. Diferindo dos processos de industrialização dos países centrais que tem como objetivo atender à sua própria demanda.

Outra peculiaridade da América Latina é que o baixo nível tecnológico faz com que os preços de produção sejam determinados fundamentalmente pelos salários, e o excedente de mão-de-obra advindo da economia exportadora pressiona para baixo o nível dos salários, mas devido à produção industrial latino-americana não ser destinada ao consumo do trabalhador, esta independe das condições de salário, pois o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho e uma desvalorização dos produtos não interfere na taxa de mais-valia, ou seja, uma redução no preço mundial é compensado pelo aumento da extração de mais-valia através de uma maior exploração do trabalhador, reduzindo o seu salário¹³ para além do seu limite normal. Segundo Marini, essa relação inversa entre diminuição dos salários e aumento

¹³Marx (O CAPITAL - 1889) considera que o salário é determinado através do valor dos elementos componentes da cesta de consumo do trabalhador, sendo esta cesta formada pelo conjunto de mercadorias necessárias a reprodução da classe trabalhadora determinada através de elementos básicos para a subsistência do trabalhador. Elementos, estes, biológicos e históricos dado um certo momento e um certo local.

da oferta de manufaturas não gera óbices para o capitalista na esfera de circulação uma vez que as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.

“Todo esse processo de acumulação de capital, descrito por Marini – que parte: da mais-valia extraordinária introduzida pelo capital individual (de maior composição técnica e orgânica do capital); de sua fixação nos ramos ligados ao consumo suntuário em detrimento dos dedicados ao consumo popular; da limitação do nivelamento de taxas de lucro às necessidades de valorização e consumo dos setores suntuários; até atingir um novo ciclo ampliado de fixação da mais-valia extraordinária em favor dos setores IIB e Ib¹⁴ – constitui o quadro teórico e conceitual de inscrição do conceito de superexploração, no âmbito da teoria do valor, como uma tendência dinâmica do capitalismo. O movimento de produção de mais-valia torna-se simultaneamente um movimento de apropriação de mais-valia, implicando em desvios de preços em relação ao valor que resultam na depressão das taxas de lucro dos capitalistas individuais e subsetores desfavorecidos. Estes buscam, na fixação dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, os mecanismos de compensação e restauração da mais-valia que lhes foi apropriada por meio da concorrência. (Martins, 2011, p.281)”

No pós-guerra a indústria dos países centrais desponta na produção de bens de capital e têm os países periféricos como mercado para essa indústria pesada. Esse fato inicia a nova divisão internacional do trabalho, onde os países dependentes são responsáveis pelas etapas inferiores de produção, reservando aos países centrais as etapas tecnologicamente mais avançadas. A economia de força de trabalho proporcionada pelo progresso tecnológico seja em termos de esforço, ou em termos de tempo necessário para a produção de um bem, gera nos países dependentes uma diminuição da população produtiva e um crescimento da população que se dedica a atividades não produtivas. Segundo Marini (2011 [1973], p.168), “Essa é a forma específica que assume o desenvolvimento tecnológico em uma sociedade baseada na exploração do trabalho, mas não a forma geral do desenvolvimento tecnológico.”

Para Marini, quando o progresso técnico incide em uma estrutura produtiva baseada em superexploração dos trabalhadores, caso da América Latina, ele possibilita a elevação do ritmo de trabalho e sustenta a tendência da remuneração inferior ao seu valor real. E diferentemente do que ocorre nos países centrais não há uma conversão de produtos para o consumo popular.

“O abismo existente entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, aparelhos eletrodomésticos etc. sejam

¹⁴ Setores que produzem direta ou indiretamente bens suntuários.

destinados necessariamente para esta última.” (MARINI, 2011 [1973]: p.169)

Marini aponta que, como os bens produzidos não interferem no consumo dos trabalhadores, o aumento da produtividade advindo do progresso técnico nestes setores, não geram maiores lucros por meio da elevação da taxa de mais valia (mais-valia/salário), e sim pelo aumento da massa de valor contida nos bens produzidos. Sendo assim, mesmo com a difusão do progresso técnico nas economias dependentes a acumulação continua dependendo do aumento da mais-valia (m), ou seja, uma maior exploração do trabalhador. A não difusão do consumo de bens supérfluos para esfera baixa de circulação impõe um afastamento entre as esferas de circulação, onde a restrição no nível de vida dos trabalhadores passa a ser condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia. Como consequência desse afastamento das esferas de circulação, a produção industrial da América Latina repete o modelo de economia exportadora, onde a exportação de bens, agora manufaturas, tem uma grande relevância devido à não difusão do consumo de supérfluos para a classe trabalhadora.¹⁵

Em seu “Post-scriptum: Sobre a Dialética da Dependência – 1973”, Marini afirma que o divórcio entre a produção e a circulação na economia dependente é fruto das condições peculiares da superexploração do trabalho, e como essas condições enraízam os fatores que agravam esse divórcio. E reafirma neste mesmo trabalho, para fins de esclarecimento, que:

“... a baixa da taxa de lucro nos países dependentes, como contrapartida da elevação de sua composição orgânica, se compensa mediante os procedimentos de superexploração do trabalho, ademais das circunstâncias peculiares que favorecem nas economias agrárias e mineiras, a alta rentabilidade do capital variável. Em consequência, a economia dependente segue expandindo suas exportações, a preços sempre mais compensadores para os países industriais (...) e, simultaneamente, mantém seu atrativo para os capitais externos, o que permite dar continuidade ao processo.” (MARINI, 2011 [1973]: p.179)

Por este motivo, Marini considera que, a economia dependente se torna condição necessária para o capitalismo mundial, tendo como consequência a superexploração do trabalho. E diante de interpretações equivocadas acerca do conceito da superexploração do trabalho definido inicialmente, Marini deixa o conceito mais claro:

¹⁵ A partir desta reflexão Marini irá desenvolver o conceito de Subimperialismo, aprofundado na obra *Subdesarrollo y revolución, 1969*.

“(...) a superexploração do trabalho é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real.” (MARINI, 2011 [1973]: p.180)

Marini pretende com o seu ensaio demonstrar como a produção capitalista acentua a exploração do trabalhador ao desenvolver a força produtiva do trabalho, e como essas combinações de formas de exploração capitalistas tomam forma através de formações sociais distintas, aumentando a distância entre riqueza e miséria nas sociedades. Além disso, ele afirma que o desenvolvimento das forças produtivas tende a reduzir a quantidade de trabalho contida no produto individual e rebaixar o seu valor, reduzindo também a mais-valia, sendo esta compensada através do aumento do tempo excedente ou da elevação da intensidade do trabalho. Este aumento de intensidade do trabalho gera um aumento da massa de valor e mais-valia, ocorrendo até que o novo grau de intensidade se generalize, fazendo com que ocorra uma nova queda do valor individual das mercadorias e uma diminuição da mais-valia, conduzindo e criando uma possibilidade de maior exploração do trabalhador para compensar a ameaça sobre a taxa de mais-valia e lucro. O aumento do capital constante faz com que o trabalhador considere uma diminuição no tempo de trabalho, mas para o capitalista é visto como um aumento da produção exigida ao trabalhador. Isto é mensurável através da elevação da composição orgânica do capital, ou seja, através da expansão do exército industrial de reserva devida à redução da força de trabalho empregada.

Marini considera que sua obra tem caráter introdutório e abre caminho para que os estudos sejam aprofundados, e adverte, ainda, que a superexploração do trabalho gera implicações que extrapolam a análise econômica, devendo ser estudada também sob o ponto de vista sociológico e político. Segundo Martins (2011, p. 286):

“A obra de Marini descreve e associa teoricamente dois movimentos, que não ocorrem separados: a) um, de elevação da composição técnica do capital e consequentemente desvalorização de mercadorias, que direcionado à produção de bens de consumo necessários é capaz de expandir a massa de mais-valia; b) outro, concorrencial, em que os diferenciais da composição técnica fundamentam a apropriação da mais-valia de uma determinada estrutura capitalista por outra. Quando o segundo movimento predomina sobre o primeiro, estão estabelecidas as condições para a superexploração do trabalho.”

Ainda segundo Martins (2011, p. 287): “...a superexploração ocorreria sempre que o crescimento da composição técnica em B não alcançasse à metade do aumento da composição

técnica do capital que determina as condições de concorrência.”. Concluindo que “a dependência é a condição do atraso interestatal e inter-regional que determina a correlação entre a apropriação e a produção de mais-valia que fundamenta a superexploração”

Tendo em vista as considerações sobre a obra de Marini, Martins busca em suas reflexões contribuir para o avanço da Teoria da Dependência, elaborando formulações matemática e quantitativas¹⁶ do conceito de superexploração do trabalho e análise das formas históricas que este assume na economia latino-americana nos períodos da economia exportadora, na substituição de importações, no investimento do capital estrangeiro nas economias latinas e na globalização, sendo o foco deste trabalho se debruçar sobre as formas históricas, principalmente no período da globalização.

Ao se debruçar sobre as formas históricas da superexploração do trabalho nos países dependentes Martins irá buscar de que maneira ela se tornou tangível, através da queda dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor, aumento da jornada ou intensidade do trabalho e a redução salarial, e como estas formas se correlacionaram para criar os regimes de regulação da força de trabalho. Além de fazer uma análise de possíveis perspectivas das formas que a superexploração irá tomar sob o comando da globalização neoliberal.

O primeiro período analisado é o da economia exportadora, que se estende segunda metade do século XIX e até 1930, onde irão determinar a superexploração a deterioração dos termos de troca pela fixação dos preços de produção e a separação entre os eixos de circulação de mercadorias dos setores mais dinâmicos da economia exportadora, além de que neste período ocorre um aumento da dotação da força de trabalho, através do grande fluxo migratório e a utilização de mão-de-obra indígena. O aumento da produtividade nos países centrais demandou um aumento de importação de matérias primas e alimentos, que por sua vez eram produzidos nas economias agroexportadoras latino-americanas, através de maior emprego da força de trabalho devido à baixa penetração de capital estrangeiro nessas economias e a falta de infraestrutura. Segundo Martins: “Essa situação implica o intercâmbio com base no valor e o alcance de altas taxas de lucro nos países dependentes, que estimulam a trazerem o investimento estrangeiro...” (Martins, 2011, p.296)

¹⁶ Ver *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina, cap.6, seção 3*; e, *Algumas reflexões em torno do conceito de superexploração do trabalho*, para maiores esclarecimentos sobre as formulações matemáticas acerca da superexploração do trabalho, elaboradas por Martins.

Com a entrada de capital estrangeiro nas economias dependentes modificam os termos de troca para os preços de produção, e não mais com base no valor, isso levará a uma deterioração dos termos de troca e uma diminuição dos superávits comerciais, levando os países dependentes a se endividarem devido a balanços de pagamentos negativos. A superexploração aparece neste período como uma forma de compensar a queda da taxa de lucro.

“A baixa produtividade que caracteriza a economia exportadora restringe o papel da intensidade do trabalho e acentua a redução salarial e o aumento da jornada de trabalho na geração da superexploração, enquanto o excedente de força de trabalho proporcionado pelas políticas estatais de imigração e de alienação da terra cria as condições materiais para a sua implantação. (Martins, 2011, p.297)”

Após a década de 1930, o movimento que já havia se iniciado no início do século ganha preponderância, devido ao deslocamento do eixo dinâmico da economia para o setor industrial. O auge do período de substituição de importações irá durar até 1950, e tem seu início marcado pelo aumento da composição técnica dos setores voltados para a produção exportadora, mas a maior característica desse período é o ambiente de proteção criado pelo Estado visando combater a deterioração dos termos de troca, utilizando a inflação e a compra de excedentes do setor agroexportador, garantindo, assim, os preços das mercadorias.

Ocorre, neste período, um movimento que desloca a realização do mercado externo para o mercado interno, mas a produção industrial irá dar preferência em atender à demanda pré-existente de bens de consumo suntuário, que irá ser ampliada diante da crise do setor agroexportador. Crise esta que causa um aumento do exército de reserva de mão-de-obra e pressiona ainda mais os salários.

“A absorção de parte dessa força de trabalho pela indústria aumenta a produtividade do trabalho e possibilita à intensidade de trabalho desempenhar um papel crescente na superexploração. Entretanto, o capital industrial opera em parte dentro da própria esfera da demanda de bens suntuários para impactar positivamente a taxa de lucro, reduzindo a necessidade do recurso à superexploração do trabalho.” (Martins, 2011, p.297)

Marini se refere a esse movimento dinâmico como o “*Novo Anel da Espiral*”, onde são transferidos para a América Latina os meios de produção obsoletos dos países centrais e a produção industrial de etapas inferiores, permitindo que os países centrais concentrem sua produção industrial em etapas mais avançadas como computadores, telecomunicação, química, automação etc. “O que temos aqui é a nova hierarquização da economia capitalista mundial,

cuja base é a redefinição da divisão do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos.” (MARINI, 2011 [1973]: p.167)

Paralelamente à substituição de importações, ocorre no período de 1950 a 1970 uma ampliação de investimentos estrangeiros nas economias latino-americanas, principalmente nos setores voltados para a produção de bens suntuários, visando atender à demanda pré-existente. Isso permite que estes setores consigam captar mais-valia extraordinária, uma vez que seus custos de produção são inferiores aos custos de produção dos setores produtores de bens de consumo necessários, que determinam a taxa global de mais-valia. (MARTINS, 2011, p.298)

A introdução de novos bens de capital no setor de bens de consumo suntuário restringe a mão-de-obra utilizada na produção destes bens, devido à elevação da composição orgânica do capital, tal restrição se materializa na ampliação do exército industrial de reserva, que acontece como consequência natural do aumento de produtividade associado às novas tecnologias. E como consequência natural da ampliação do exército industrial de reserva temos o avanço da superexploração.

Neste período a superexploração do trabalho será determinada, principalmente, pela contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e a queda da massa de mais-valia nos países dependentes, e pela queda dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor devido ao robusto exército industrial de reserva. Sobre este último, uma vez que a maior parte da força de trabalho está ligada a pequenas e médias empresas, onde a composição orgânica do capital é mais baixa, e os custos de produção são em grande parte os salários, ocorre uma pressão sobre estes, buscando ampliar as margens das taxas de lucro dos capitalistas dos setores voltados para o consumo popular. E essa pressão salarial acaba se estendendo por toda economia beneficiando os capitalistas de todos os setores.

Osório (1975 *apud* MARTINS, 2011, p.300)) afirma que: “... a intensidade de trabalho tende a predominar como forma de superexploração nas indústrias grandes e/ou dinâmicas, enquanto que nas pequenas, médias e/ou tradicionais a forma dominante tende a ser pressão negativa sobre os salários”.

Conforme apontado por Martins (2011, p.300), o grande capital irá encontrar problemas para a sustentação da mais-valia extraordinária nos países dependentes que os fará entrar em confronto com a contradição entre o aumento da composição orgânica e a queda da massa de mais-valia. E a busca para solucionar esta contradição irá ter impacto no desenho da

economia mundial, e não somente, nas economias dependentes. A partir da década de 1970 dois movimentos irão convergir na busca da sustentação das taxas de mais-valia, o movimento interno¹⁷ ao capitalismo dependente de resolução de seus problemas de realização e o movimento de internacionalização financeira e dos processos produtivos, que é considerado a raiz da globalização neoliberal.

O movimento de internacionalização financeira irá se sobrepôr e subordinar o movimento interno dos países dependentes, tendo suas principais características capturadas por Marini e Martins, sendo:

- a) “Desenvolvimento de escalas produtivas globais associadas às dimensões mundializantes das novas tecnologias. Essas escalas produtivas elevam os custos do investimento e passam a exigir a expansão da internacionalização do trabalho coletivo para gerar-se o excedente necessário ao desenvolvimento da acumulação de capital. (...);
- b) A progressiva eliminação do trabalho manual e industrial através da difusão da convergência tecnológica microeletrônica, que tende a opor o crescimento econômico ao emprego e a reduzir a dimensões marginais o dispêndio físico de força de trabalho social no novo Kondratiev. (...); e;
- c) O brutal processo de centralização de capitais que preparou as bases para essa trajetória de concentração de capitais anteriormente assinalada.” (OCDE, 1991; Marini, 1992 e 1995; e Martins, 1996; *apud* MARTINS, 2011, p.301)

Este movimento de internacionalização financeira irá modificar os padrões de acumulação do capitalismo e iniciará uma tendência estruturante de uma nova divisão do trabalho onde os países centrais se concentram no desenvolvimento de tecnologias e pesquisa e os países dependentes assumem a produção direta de componentes. A partir dessa nova estrutura surgem as empresas globais, que introduzem tecnologia nos seus países de origem, se voltam para os mercados mundiais, geralmente garantindo uma posição monopolística, e se valem da mais-valia extraordinária para compensar a diminuição da exploração da força de trabalho nacional. Segundo Martins (2011, p.302), essa nova estrutura permite uma extensão

¹⁷ Exportação de mercadorias e de capitais, ampliação do consumo estatal e suntuário. Sendo que o primeiro irá ter maior preponderância sobre os demais, e fará com que Marini desenvolva o conceito de Subimperialismo, onde os padrões de acumulação dos países dependentes são voltados para o mercado internacional.

nacional do desemprego ou do trabalho precarizado que se vincula a atividades de baixo dinamismo tecnológico.

Diante da nova divisão internacional do trabalho essas empresas globais deslocam os preços médios de produção, fixando os preços de mercado abaixo do valor das mercadorias dos capitalistas individuais, ampliando a fatia de mercado e produtos fornecidos pelas empresas globais.

“A superexploração tende a generalizar-se nos países centrais como recurso desses amplos segmentos do capital para enfrentar os processos de exclusão da economia mundial capitalista. Ela é impulsionada pela regulação que ali se exerce sobre o mercado de trabalho, beneficiando as matrizes das empresas “globais”, e pela destruição de empregos, associada ao uso das tecnologias de informação e à agressividade da concorrência.” (MARTINS, 2011, p.303)

A associação da globalização da acumulação capitalista com o subimperialismo, nos países dependentes, provoca alterações significativas nos padrões de reprodução do capital e em como a superexploração é determinada na América Latina. Segundo Martins, esse novo contexto tende a acentuar a superexploração do trabalho e ressalta suas características mais agudas.

Martins divide o processo de centralização de capitais na América Latina em duas fases: a primeira onde a massa de mais-valia irá reduzir em consequência da expropriação de capitais associada à crise da dívida externa, essa fase terá seu auge na década de 1980 e irá paralisar investimentos e o desenvolvimento do setor produtivo de bens de capital, ampliando o exército industrial de reserva e conseqüentemente uma maior superexploração do trabalho através de redução real do salário e aumento das famílias abaixo da linha da pobreza; a segunda etapa se dará na década de 1990 e será caracterizada pela liberalização tarifária e sobrevalorização do câmbio, e reinsere a América Latina nos padrões de acumulação internacionais. Esta segunda etapa além de aprofundar a internacionalização da produção, também aumenta o endividamento externo e interno dos países dependentes. Neste período a superexploração do trabalho é ancorada na redução dos salários reais, de modo a atender as transferências de capitais e divisas ao centro.

“A superação desse ciclo de investimento financeiro deu lugar a formas mais sustentadas de crescimento econômico na região, mas

exigiu uma enorme transferência de patrimônio público¹⁸ e privado ao capital internacional e a geração de superávits comerciais para financiar uma parte do resultado negativo da conta corrente.” (MARTINS, 2011, p.304)

Segundo Martins, a partir de 1994 a América Latina se integra à expansiva economia mundial como produtora de *commodities*, bens de consumo e componentes industriais de baixo valor agregado. Esta integração se dará sobre a nova divisão internacional do trabalho que trará consigo novas determinações e novas formas da superexploração do trabalho nesta nova etapa da dependência. A etapa de internacionalização traz consigo um aumento da composição orgânica do capital nas economias dependentes, que virá associado a tendências de queda de massa de mais-valia provocada pela deterioração dos termos de troca e conseqüentemente diminuindo as taxas de lucro e de mais-valia. Martins ainda pontua o aumento da heterogeneidade tecnológica das economias dependentes que amplia a capacidade dos setores de ponta extraírem mais-valia das empresas tecnologicamente obsoletas no mercado interno.

“A maior produtividade trazida pelas novas tecnologias transforma-se em grande parte em desemprego aberto ou oculto sob forma do desalento ou da precarização do trabalho. Esse movimento é acompanhado por um profundo processo de flexibilização da legislação trabalhista que busca eliminar os direitos do trabalhador para reduzir seu fundo de consumo e aumentar a rotatividade no emprego.” (MARTINS, 2011, p.307)

Podemos observar nos dados que capturam o aumento do grau de informalidade do trabalho¹⁹ nas áreas metropolitanas, no período de 1993 a 2002, a comprovação do que afirma Martins. Observaremos esses dados separadamente, primeiro os governos do PSDB e depois os dados relativos aos governos do PT.

¹⁸ O processo de privatizações nos governos do PSDB (chamado de privatária tucana pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr., autor do livro que dá esse nome). No primeiro e no segundo mandato de FHC, foi concretizada a proposta (pensada na década de 1970 e atualizada aos tempos de globalização) de buscar, através de diferentes medidas, alcançar um desenvolvimento econômico, mas de maneira dependente e associada.

¹⁹ O grau de informalidade do mercado de trabalho desta pesquisa é mensurado conforme a seguinte metodologia: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

Tabela 1: Grau de informalidade do mercado de trabalho nos governos do PSDB.

Ano	%
1993	41,5
1995	43,7
1996	44,7
1997	44,9
1998	45,6
1999	47,8
2001	48,5
2002	49,0

Tabela 2: Grau de informalidade do mercado de trabalho nos governos do PT²⁰.

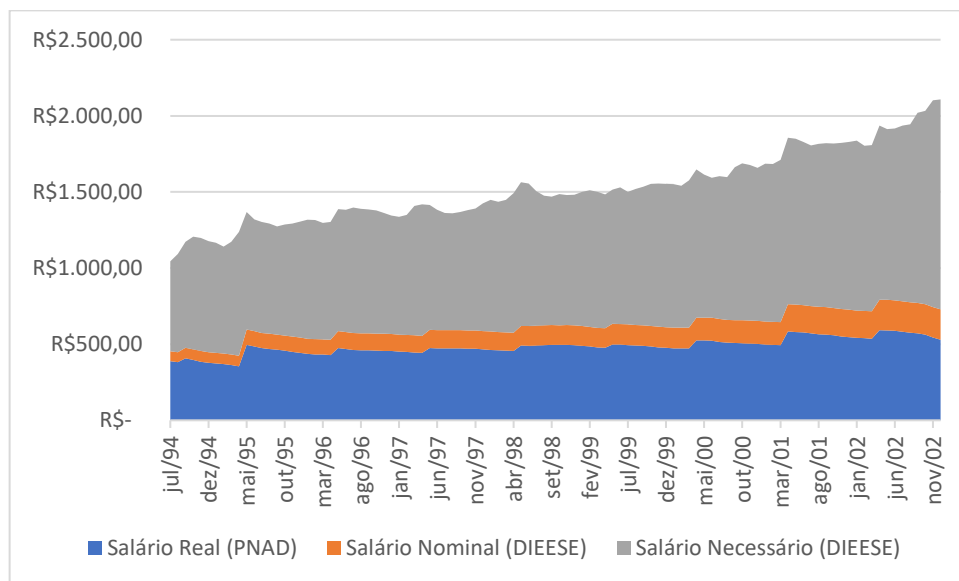
Ano	%
2003	48,2
2004	47,8
2005	47,6
2006	46,2
2007	45,4
2008	44,0
2009	42,8
2011	38,6
2012	38,2
2013	37,7
2014	38,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE – 2016.

²⁰ Os dados disponibilizados na Pnad medem até 2014, não contemplando a totalidade dos governos petista que se encerram em agosto de 2016.

Outro dado que nos permite vislumbrar a superexploração é o salário mínimo real pago aos trabalhadores, neste período, e o salário mínimo necessário²¹, que deveria ser pago aos trabalhadores conforme prevê o Decreto Lei n° 399 de 1938, durante o Estado Novo, artigo 2º: “...o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.”

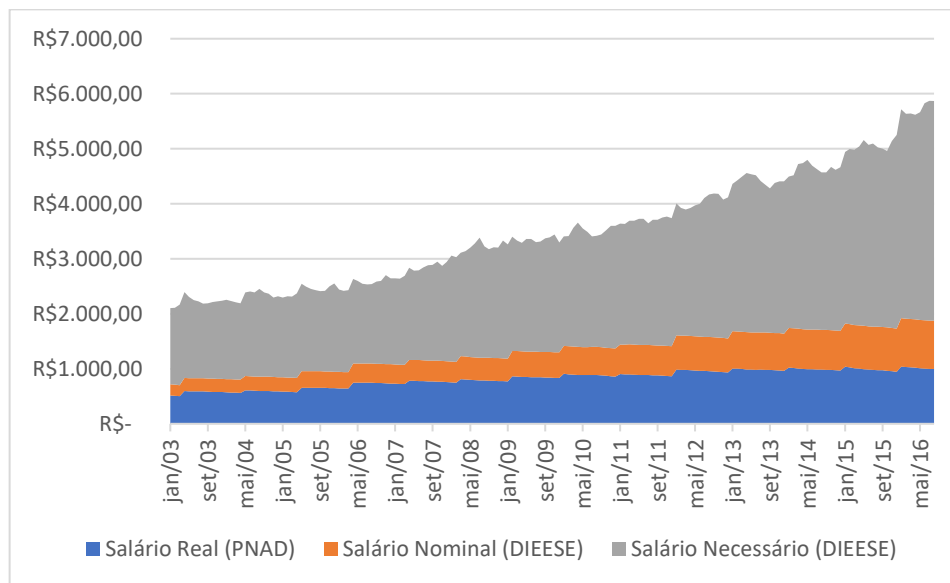
Gráfico 1: Comparação entre o salário-mínimo real, nominal e salário-mínimo necessário, no período de julho de 1994 a dezembro de 2002.



Fonte: para os dados de salário-mínimo nominal e necessário DIEESE, contínuo, acessado em 16 de outubro de 2020, e para os dados de salário-mínimo real Ipeadata, contínuo, acessado em 26 de outubro de 2020.

²¹ A metodologia para calcular o Salário Mínimo Necessário, utilizada pelo DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário-mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei n° 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto. (DIEESE, 2016, p.10)

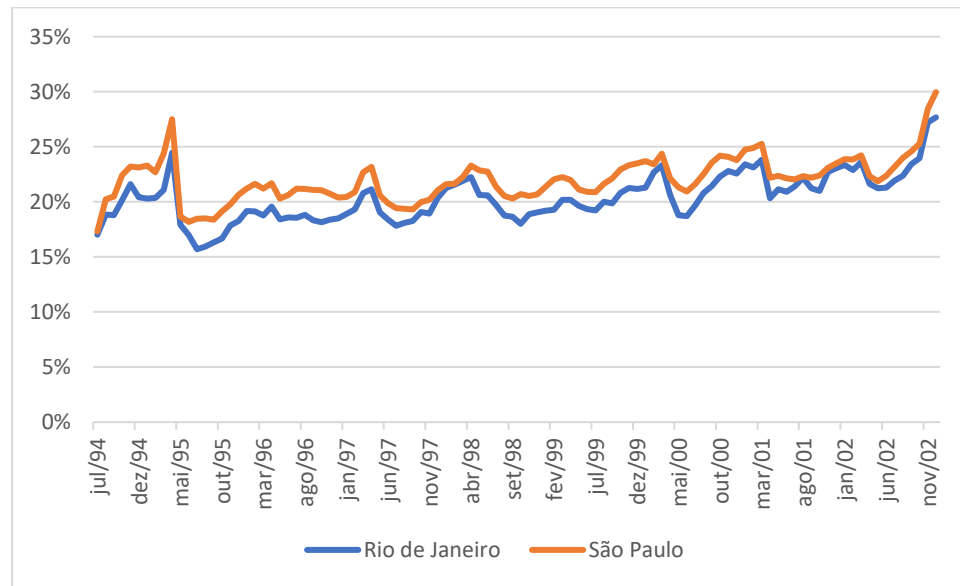
Gráfico 2: Comparação entre o salário-mínimo real, nominal e salário-mínimo necessário, no período de julho de 2003 a agosto de 2016.



Fonte: para os dados de salário-mínimo nominal e necessário DIEESE, contínuo, acessado em 16 de outubro de 2020, e para os dados de salário-mínimo real Ipeadata, contínuo, acessado em 26 de outubro de 2020.

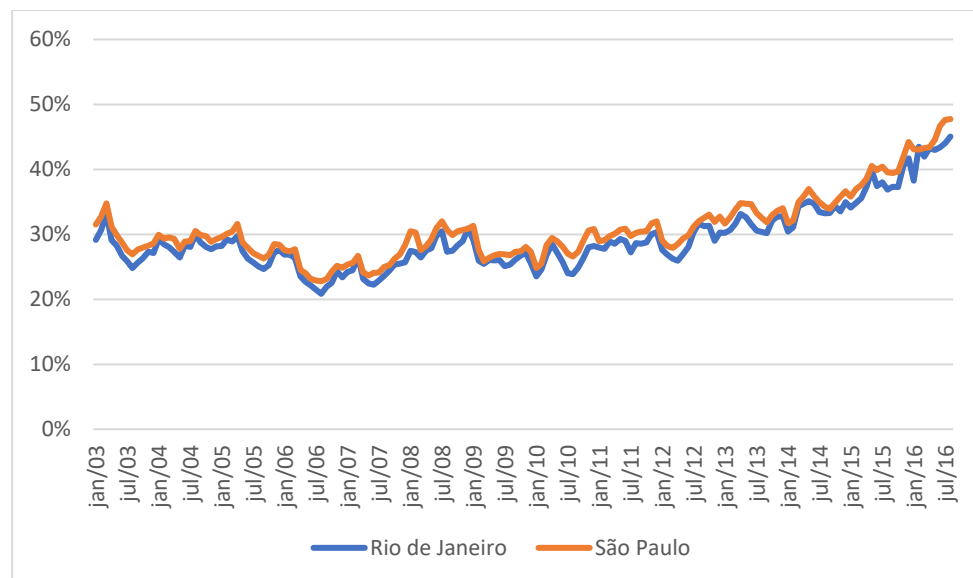
Os dados abaixo expostos corroboram com as conclusões de Martins citadas anteriormente, conjugados com a baixa qualificação da força de trabalho, esses fatores levam “...as formas mais agudas de superexploração, que se realizam através da incorporação da redução do fundo de consumo do trabalhador, feita pela via da redução dos salários ou da massa salarial.” (Martins, 2011, p.307)

Gráfico 3: Percentual entre o custo da cesta básica de alimentos e o salário-mínimo real – 1994 a 2002.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de custo da cesta básica disponibilizado pelo DIESSE e dados do salário-mínimo real disponibilizado pelo Ipea, ambos com séries de medição contínua.

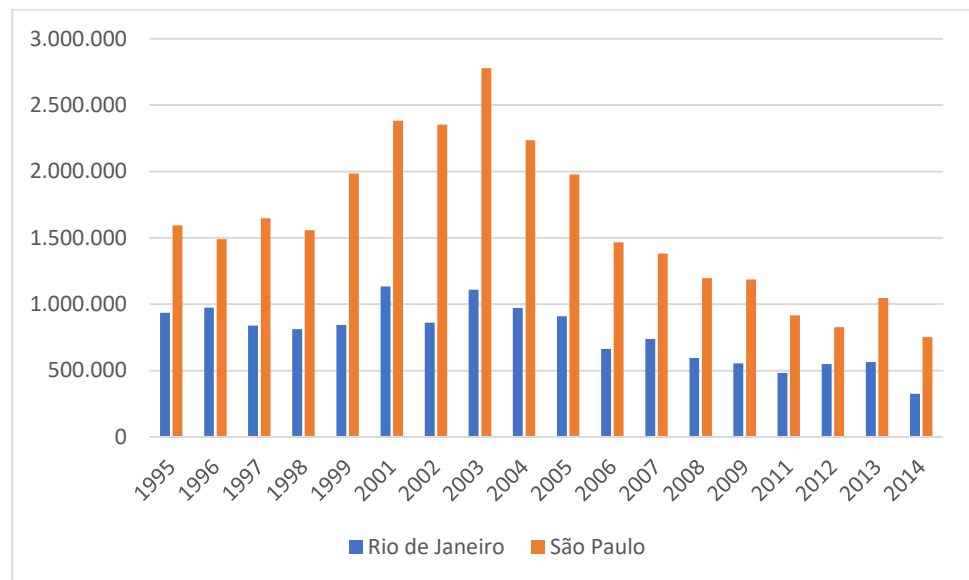
Gráfico 4: Comparação entre o salário-mínimo real e o custo da cesta básica de alimentos – 1994 a 2002.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados de custo da cesta básica disponibilizado pelo DIESSE e dados do salário-mínimo real disponibilizado pelo Ipea, ambos com séries de medição contínua.

O aumento da qualificação do trabalho, apesar de ser um mecanismo para frear a tendência da agudização da superexploração, sozinho não é capaz de atenuar os efeitos da precarização do trabalho causados pela inovação tecnológica e liberalização comercial, que acarretam um aumento do desemprego em velocidade superior aos impactos da qualificação. Mas, a partir de 2003, no início do governo Lula, no Brasil, surgem novos fatores que suavizam a superexploração do trabalho: o aumento da demanda chinesa por produtos primários revertendo a deterioração dos termos de troca, o ingresso de divisas advindos de remessas de trabalhadores latino-americanos nos países centrais e o aumento do consumo das camadas mais populares, proporcionado pelo advento de governos de centro-esquerda na América Latina através de programas assistencialistas de redução da pobreza extrema²² mantendo grande parte dos fundamentos de uma economia liberal.

Gráfico 5: Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE – 2016.

Cabe salientar que os governos petistas apesar de terem o trabalhador em sua base de apoio deram continuidade às políticas neoliberais praticadas nos governos do PSDB, mesmo que de forma mais suave e executando políticas assistencialistas, que apesar de terem um efeito

²² A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

substancial na redução dos miseráveis, como podemos perceber através dos dados expostos, não alteraram a estrutura da desigualdade de renda no Brasil.

“Ao mesmo tempo que criou inúmeras medidas que beneficiavam amplamente os capitais financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços, o governo Lula implementou uma política social assistencialista (Bolsa Família) e possibilitou uma relativa valorização do salário mínimo nacional, quando comparado ao governo FHC. (...) Conciliando interesses claramente opostos, o governo Lula não confrontou em nenhum aspecto essencial os pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira: a riqueza continuou concentrada, os níveis mais agudos de miserabilidade foram apenas parcialmente minimizados.” (ANTUNES, 2020, p.125-6)

Embora exista esse movimento de suavização da superexploração do trabalho, no período de 2003-2008, Martins alerta que a sustentabilidade dos fatores que a proporcionam são finitos. Sua análise de tendência de baseava-se: no esgotamento da fase A (ascendente) do ciclo de Kondratiev iniciado em 1994, na diminuição das remessas enviadas por emigrados latino-americanos causada pelo aumento do desemprego na Europa e EUA por causa da crise de 2008-2009.

“... o estrangulamento das janelas de oportunidade internacionais reduzirá o espaço interno de conciliação entre políticas de expansão do consumo de massas e de sustentação dos interesses das oligarquias dependentes, possivelmente colocando em questão a estabilidade das políticas de terceira via praticadas pela centro-esquerda.” (MARTINS, 2011, p.312)

O desenrolar da história nos mostrou que não só as políticas de centro-esquerda teriam sua estabilidade ameaçada, como os próprios governos de centro-esquerda, que foram interrompidos antecipadamente de maneiras não democráticas vide os casos do Brasil, em 2016, e da Bolívia, em 2019, confirmando o cenário descrito por Martins em 2011.

No Brasil após o impedimento de Dilma Rousseff, foram implementadas duas reformas estruturais que acentuam a perda de direitos dos trabalhadores e a precarização do trabalho, a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017 no governo de Michel Temer, e a Reforma da Previdência, aprovada em 2019 no governo de Jair Bolsonaro. No próximo capítulo iremos enunciar o histórico da precarização das legislações trabalhistas e explorar os seus possíveis efeitos na acentuação da superexploração do trabalho no Brasil sobre o recorte dos “empreendedores” vinculados a aplicativos de transporte e entrega.

III – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

III.1 - A PRECARIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Antes de falarmos de precarização da legislação trabalhista brasileira precisamos primeiro fazer uma breve elucidação sobre a Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT), decretada em 1943 durante o Estado Novo que estabelecia os direitos e benefícios dos trabalhadores e as relações individuais e coletivas de trabalho dos trabalhadores rurais e urbanos, como duração da jornada de trabalho, férias anuais, estabilidade, compensações por trabalho noturno, períodos de descanso, o processo judiciário do trabalho, por exemplo.²³

Iremos considerar a CLT como marco inicial dos direitos trabalhistas e a partir dela observar como se deu a precarização das condições de trabalho no Brasil. Para este trabalho nos concentraremos nas modificações ocorridas não só na CLT como nas esferas do direito do trabalho ocorridas a partir de 1994 até 2017, período em que se acentua a internacionalização de capitais e mercadorias impondo uma reestruturação nos padrões de acumulação, como mencionamos no capítulo anterior.

Nos debruçamos sobre as mais significativas alterações legais e/ou tentativas de alterações que de certo modo acentuaram a precarização do trabalho no Brasil e desmontaram a CLT:

- a) Lei 9601, de 21 de janeiro de 1998 – Sancionada pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso, em seu artigo 6º, altera o texto do artigo 59 da CLT, instituindo o banco de horas e dispensando o empregador de remunerar as horas extras, sendo estas compensadas através de dispensas e diminuição eventual da carga diária. Esta lei tem como finalidade tornar a jornada de trabalho flexível, impondo uma jornada de trabalho superior às 44 horas semanais estabelecidas na Constituição Federal de 1988, artigo 7, inciso XIII.²⁴;

²³ Decreto-Lei N°5.452 de 01 maio de 1943, acessado em 01/12/2020: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm

²⁴ Dois anos antes da sanção da Lei 9601/1998, o banco de horas foi instituído em uma fábrica da Volkswagen por meio de um acordo coletivo entre a empresa e o sindicato dos metalúrgicos do ABC. Fato que também tem grande impacto nas relações trabalhistas e tramita atualmente na Câmara o PL 4193/2012, de autoria do Deputado Irajá de Abreu, é o que prevê que convenções e acordos coletivos devem prevalecer sobre a legislação trabalhista vigente. Um projeto de lei semelhante ao PL 4193/2012 foi proposto por FHC em 2001, PL 5486, mas foi retirado do Congresso, no governo Lula. (Ver Antunes, 2020, p. 271-2)

- b) Lei 9637, de maio de 1998 – Também sancionada por FHC esta lei permite que os governos municipais, estaduais e federal possam contratar prestadoras de serviço nas áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer, ciência e tecnologia e meio ambiente. É praticamente o Estado terceirizando as atividades-fim do serviço público. Os partidos de oposição PT e PDT entraram no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que fora julgada em 2015 e de acordo com o voto da maioria dos Ministros do Supremo as parcerias público-privadas nas atividades-fim do serviço público não configura delegação da atividade estatal;
- c) Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 – Sancionada pelo presidente Lula, regula o crédito consignado na folha de pagamento.

“Tal legislação, além de proteger as instituições financeiras, dando-lhes a segurança do recebimento de empréstimos e financiamentos com débito direto na folha de pagamento, forneceu sustentação a um programa de governo que, ao longo de muitos anos, viabilizou-se ancorado no incentivo ao consumo associado ao endividamento dos trabalhadores.” (ANTUNES, 2020, p.280)

- d) Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Sancionada no governo Lula, “...destitui, em situações de recuperação judicial, extrajudicial e de falência de empresas, a prioridade do crédito trabalhista (até 150 salários-mínimos) face aos demais, estabelecendo a lógica de distribuição, entre o empregador e o empregado, dos riscos do negócio.” (ANTUNES, 2020, p.280)
- e) Projeto de Lei 4.330/2004 – proposto em 2004 pelo então deputado Sandro Mabel, esse projeto de lei pretende eliminar todos os limites da terceirização existentes em legislações anteriores: Lei 5.645/1970, Lei 6.019/1, Lei 7.130/1983 e do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que “... definiu como lícita e sem vínculo de emprego a contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio da contratante.” (ANTUNES, 2020, p.169). O enunciado 331, apesar de precarizar o trabalho através da legalidade da terceirização da atividade-meio, ainda manteve a proibição de terceirizar as atividades-fim das empresas e a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Voltando à Lei 4.330/2004 que posteriormente irá ser identificada

como PLC 30/2015²⁵, esse projeto de lei aumenta com o fenômeno de “pejotização”, elimina os limites da terceirização e a responsabilidade das empresas contratantes.

- f) Reforma Trabalhista de 2017 (LEI 13.467/2017 de 13 de julho de 2017) – Sancionada no governo Temer sob alta pressão das confederações da indústria e comércio, a reforma não trouxe ganhos para o trabalhador, pelo contrário, o colocou cada vez mais à margem do trabalho formal. Dentre as alterações efetuadas na CLT por esta lei, destacam-se: a possibilidade para que o acordado entre os trabalhadores e empresários se sobreponha à legislação, aumento da carga horária desde que não ultrapasse 12 horas por dia e 48 horas por semana, jornada parcial, grávidas e lactantes passam a poder trabalhar em locais insalubres classificados entre mínimos e médios²⁶, a desobrigação da contribuição sindical, contratação de autônomos com exclusividade e prestação de serviço sem gerar vínculo empregatício, *home office* com remuneração por tarefa – sem controle de jornada, trabalho intermitente e, caso o trabalhador não compareça ou perca ações trabalhistas, ele terá de arcar com os custos processuais.

“O fundamento dessa pragmática (de precarização) que invade todo o universo global do trabalho se evidencia. Na “empresa” moderna, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais flexível possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de “metas” é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior.” (ANTUNES, 2020, p. 38)

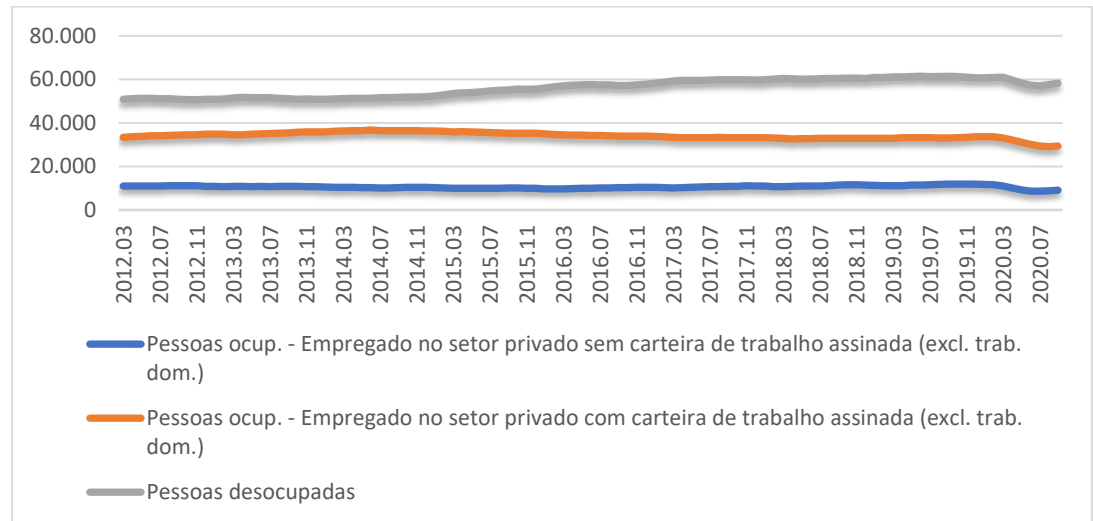
O neoliberalismo sempre esteve presente nos governos no período de 1994 a 2017, ora mais de forma declarada, como nos governos de Fernando Henrique e Michel Temer, ora de forma mais tênue como nos governos de Lula e Dilma Rousseff. Fato é que a reforma trabalhista implementada no governo Temer sobre o pretexto de diminuir o desemprego não

²⁵ O PL 4.330/2004 foi colocado em pauta de votação pelo então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em 2015, aprovado pelo plenário do Senado em 28/03/2017 e hoje encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 12/03/2019. Conforme <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120928>, acessado em 03/12/2020.

²⁶ Suspensa pelo STF através da ADI n° 5938, onde foi deferida liminar em 30 de abril de 2019, pelo Ministro Alexandre de Moraes e trânsito julgado em 12 de maio de 2020. Conforme dados disponibilizados em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5447065>, acessado em 08/12/2020.

atingiu o seu “objetivo” e ainda retirou direitos e garantias do trabalhador. Observemos os dados de emprego no Brasil nos últimos anos.

Gráfico 6: Distribuição das pessoas na força de trabalho no Brasil de 2012 a 2020.²⁷



Fonte: IBGE/PNAD contínua – acessado em 04 de dezembro de 2020.

O que podemos observar através dos dados levantados é que mesmo com a retirada de direitos trabalhistas o que se consegue após março de 2017 é diminuição do emprego formal ao passo que o emprego informal aumenta, além de que não podemos deixar de constatar que ocorreu o aumento significativo de pessoas desocupadas. No atual cenário de desemprego, enfraquecimento dos sindicatos, progresso tecnológico reduzindo cada vez mais a população produtiva, o que resta ao trabalhador é se sujeitar às condições precárias das oportunidades disponibilizadas no mercado para não morrer de fome.

“Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as ‘inovações tecnológicas da Indústria 4.0’, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a ‘gestão de pessoas’ pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, *menos pessoas trabalhando com direitos preservados*. (ANTUNES, 2020, p.40-1)

²⁷ Foi ocultado do gráfico os dados sobre as pessoas ocupadas no setor público.

Essas condições precárias de trabalho associadas aos desejos cada vez mais vorazes de acumulação de capital trazem grande danos à saúde física e mental dos trabalhadores aumentando os indicadores de depressão e suicídio entre eles.

III.2 - O TRABALHO NA INDÚSTRIA DE SERVIÇOS

Segundo Antunes (2020), durante a década de 1980 a tese de que a classe trabalhadora estava em retração devido ao desenvolvimento do mundo maquinico-informacional-digital ganha força e adesão na academia, nos sindicatos e no meio político, mas diferentemente do que se pensava em meados dos anos 1980 a transformação tecnológica não eliminou o trabalho e o que se observa é o surgimento de um novo proletariado da era digital, como intitula Antunes, que está sujeito a condições cada vez mais precárias de trabalho.

A degradação das condições de trabalho, diminuição da população produtiva e o avanço tecnológico faz com que haja uma migração natural para o setor de serviços, que se caracteriza por ser um trabalho individual, dessociabilizado e cada vez mais conectado com as empresas de tecnologia da informação. “O novo proletariado de serviços aparece nesse personagem como descrente em relação ao futuro, resignado e ao mesmo tempo descontente quanto ao presente.” (ANTUNES, 2020, p.25).

A classe trabalhadora passa por uma transformação morfológica:

“Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado *de classe trabalhadora*, em sua *nova morfologia*, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas.” (ANTUNES, 2020, p.33)

Para que se preserve e amplie a lei do valor o capitalismo financeirizado se apoia na informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade. Segundo Antunes, o capitalismo contemporâneo amplia as formas geradoras de valor, caracterizada pela expansão de trabalhos assalariados no setor de serviços. Iremos nos aprofundar no caso das empresas de tecnologia da informação e como se dá a interação entre o trabalho vivo e trabalho morto com propósito de valorizar o capital através do aumento da produtividade do trabalho e de mecanismos de superexploração do trabalho.

III.3 - A SUPEREXPLORAÇÃO ATRAVÉS DO RECORTE DO INFOPROLETARIADO CONECTADO AOS APLICATIVOS DE TRANSPORTE E ENTREGA.

Diante do cenário de perda de direitos trabalhistas, que cada vez mais deixa a CLT menos robusta, e de crescente desemprego, surgiu como alternativa à população desocupada, os aplicativos de entrega e transporte, que vendem a imagem de empreendedorismo individual mas na verdade são empresas com alcance global que se valem do mais valor gerado pelos motoristas e entregadores sem que nenhum vínculo trabalhista seja estabelecido com a empresa, e em consequência da falta desse vínculo, o “empreendedor” não tem acesso aos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos, como: férias, décimo-terceiro salário, jornada de trabalho fixa, auxílio em casos de doença ou maternidade, auxílio desemprego, etc.

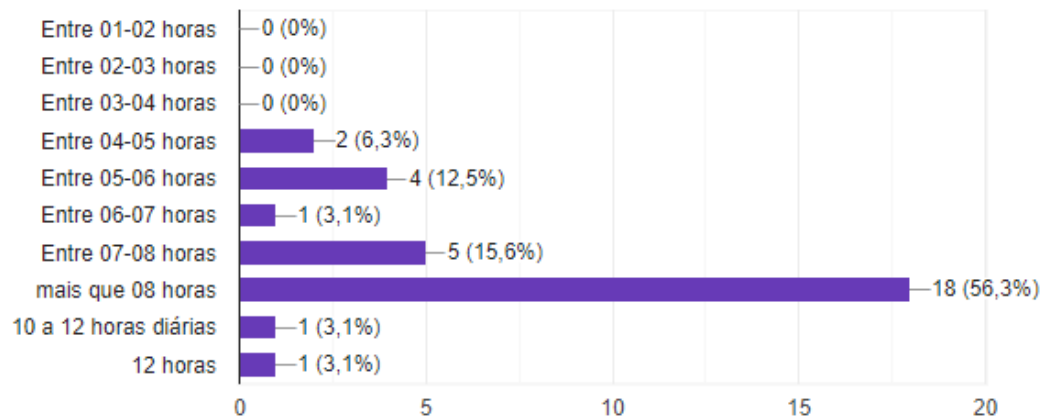
“... o infoproletariado (ou ciberproletariado), ao contrário do desenho acima esboçado, parece exprimir muito mais uma *nova condição de assalariamento* no setor de serviços, um novo segmento do *proletariado da indústria de serviços*, sujeito à exploração do seu trabalho, desprovido do controle e da gestão do seu *labor* e que vem crescendo de maneira exponencial, desde que o capitalismo fez deslanchar a chamada era das mutações tecnológico-informacionais-digitais.” (ANTUNES, 2020, p.83)

Para que a superexploração neste setor da indústria de serviços ficasse palpável para este trabalho, elaboramos e aplicamos o formulário de pesquisa através da técnica de amostragem “bola de neve” - Condições de trabalho nos aplicativos de entrega e transporte. Tal formulário foi disponibilizado por duas semanas em grupos de entregadores e motoristas de aplicativos no Facebook, para capturarmos um retrato mais fiel das condições de trabalho dos trabalhadores vinculados a aplicativos e o resultado desta pesquisa está disponível nos anexos deste trabalho. Utilizamos, também, dados da pesquisa: *Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19* (ABÍLIO, L. C. et al. 2020). Diante dos dados adquiridos, iremos basear nosso estudo da superexploração através do prolongamento da jornada de trabalho e da redução do consumo operário.

Inicialmente traçamos o perfil dos participantes da pesquisa aplicada através do formulário disponibilizado em grupos: 90,6% se identificam como homem-cis e 9,4% mulheres-cis. Sobre a formação dos entrevistados 37,5% possuem ensino superior incompleto, 18,8% ensino superior completo, 21,9% ensino médio completo, 9,4% ensino médio incompleto, 6,3% ensino fundamental completo, 3,1% ensino técnico completo e 3,1% ensino

técnico incompleto. E quanto à finalidade do aplicativo ao qual estão vinculados, 65,6% está vinculado a aplicativo de transporte de pessoas e 34,4% está vinculado a aplicativo de entregas.

Gráfico 7: A duração média da jornada de trabalho

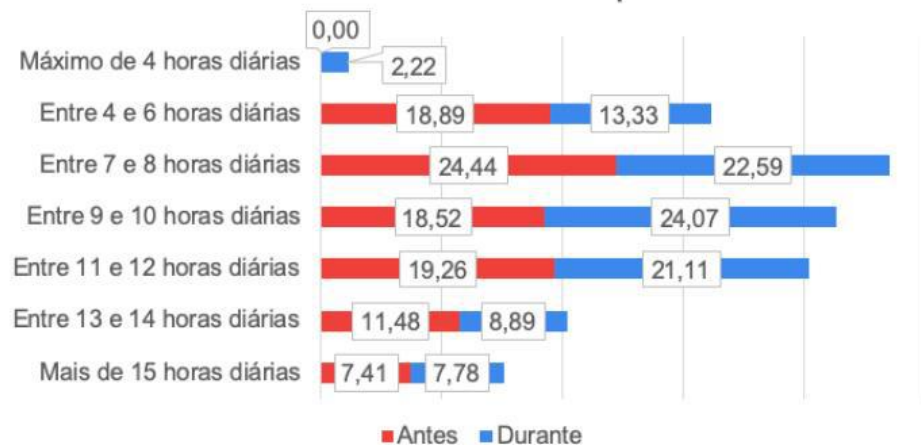


Fonte: elaboração própria através dos dados levantados no formulário - Condições de trabalho nos aplicativos de entrega e transporte.

Através dos dados obtidos na pesquisa podemos observar que mais que 60% dos entrevistados trabalham mais que 8 horas diárias, e se formos mais a fundo do percentual que trabalha mais de 8 horas diária, 33,33% trabalham 7 dias na semana, 47,62% trabalham 6 dias por semana e 9,52% trabalha 5 dias por semana. Já começamos a notar por aqui que não é reservado ao trabalhador o tempo para repor a sua força de trabalho e nem uma remuneração extra ou banco de horas para compensar as horas extras. Fazendo uma comparação com os trabalhadores formais, em muitos casos o trabalhador vinculado ao aplicativo não se dá nem uma folga semanal devido à incerteza à qual é submetido.

Dados estes que são ratificados com os da pesquisa Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19, que nos permite vislumbrar o cenário antes e depois da pandemia.

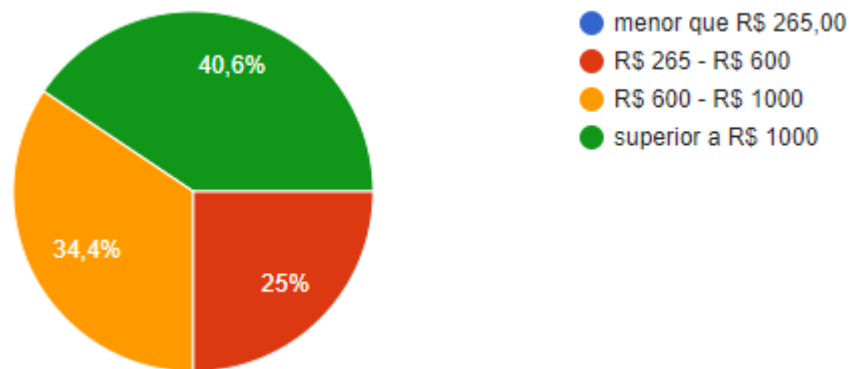
Gráfico 8: Trabalhadores / Faixa de horas de trabalho antes e durante a pandemia.



Fonte: Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19

Vamos analisar os dados sobre a renda semanal obtidas pelos trabalhadores de aplicativo.

Gráfico 9: Renda média obtida semanalmente



Fonte: elaboração própria através dos dados levantados no formulário - Condições de trabalho nos aplicativos de entrega e transporte.

Abrindo os dados obtidos observamos os trabalhadores, que têm renda média semanal entre R\$ 265 e R\$ 600: para 25% deles, a renda obtida no aplicativo corresponde de 75% a 100% do orçamento familiar. Dos trabalhadores, que têm renda média semanal entre R\$ 600 e R\$ 1000, 45,45% deles afirmam que a renda obtida no aplicativo corresponde de 75% a 100% do orçamento familiar. Já para os trabalhadores que têm renda média semanal entre superior a R\$ 1000, para 70% destes trabalhadores a renda obtida no aplicativo corresponde de

75% a 100% do orçamento familiar. Para todos os casos acima não foram considerados os custos que os trabalhadores têm para permanecer vinculados ao aplicativo como combustível, aluguel de meio de transporte, manutenção, internet etc. Dos trabalhadores que conseguem obter rendimentos superiores a R\$ 1000 reais semanais, o que “hipoteticamente”²⁸ chegaria próximo ao salário-mínimo necessário calculado pelo DIEESE, 38,46% trabalham 7 dias na semana, 38,46% trabalham 6 dias na semana e 23,08% trabalham 5 dias na semana, sendo que 61,54% trabalham mais que 8 horas por dia, 23,08% trabalham entre 7 e 8 horas por dia, 7,69% trabalham entre 10 e 12 horas por dia e 7,69% trabalham entre 6 e 7 horas por dia.

Conseguimos capturar que mesmo diante de um cenário, hipoteticamente, menos desfavorável, é possível vislumbrar o quão explorados são estes trabalhadores, que trabalham em jornadas longas, são mal remunerados – diminuindo sua capacidade de consumo, não têm nenhuma proteção estatutária ou legal e ainda arcam com as consequências de exercerem um trabalho individualizado.

“A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2020, p.36-7)

Este exemplo da Uber se estende também aos aplicativos de entrega como Uber Eats, Rappi, iFood etc.

Ao observarmos o cenário atual do mercado mundial de trabalho constatamos que a superexploração do trabalho pensada por Marini em 1973 se expandiu mundialmente na economia de uma forma cruel em que deixa de lado a saúde e as condições mais básicas da classe trabalhadora em prol dos anseios de acumulação do capital, sendo ela praticada nos diversos campos de trabalho possíveis, no trabalho terceirizado, no trabalho formal ou informal, até mesmo no trabalho que não se chama de trabalho que é o caso dos aplicativos. O retrato que tiramos das atuais condições de emprego no Brasil já não é muito bom e nos resta observar os efeitos que a Reforma Trabalhista terá daqui a alguns anos sobre a classe trabalhadora. Quais serão as consequências da terceirização sem limites? Como ficarão as condições de trabalho

²⁸ Hipoteticamente, pois iremos desconsiderar os custos que o trabalhador tem de modo a vislumbrar um cenário mais positivo.

com o enfraquecimento dos sindicatos e o acordado sendo sobreposto ao legislado? Só existirá trabalho terceirizado no futuro? Diante do grande número de desempregados, será que existirá possibilidade de se negociar melhores condições de remuneração? Enfim, são inúmeras possibilidades que se desenham no horizonte e nenhuma delas nos parece ser favorável aos trabalhadores. A “modernização” da legislação trabalhista no Brasil aparentemente irá acentuar a superexploração do trabalho nos mais diversos setores e de formas peculiares em cada nicho. Para os “empreendedores” de aplicativos, as jornadas tendem a ser ampliadas e os ganhos reduzidos, uma vez que este nicho tem cada vez mais adeptos devido ao grande número de desempregados advindos das indústrias que empregam cada vez menos devido ao desenvolvimento tecnológico. Por sua vez os que ainda estão empregados sofrem com a incerteza e a pressão de conseguir cumprir metas de produtividade. A superexploração oriunda dos países dependentes saiu de indústria passando a ser presente em todos os setores e ganhou o mundo com a transnacionalização da economia.

CONCLUSÃO

Na fase de conclusão deste trabalho nos deparamos com os efeitos socioeconômicos da COVID-19 e que provavelmente ampliarão a superexploração do trabalho no Brasil e em todo o mundo, uma vez que com a globalização da economia tudo acontece em todo lugar, com a exceção do desenvolvido de pesquisa e tecnologia, este ainda guardado aos países centrais e na China.

Podemos concluir, no atual cenário brasileiro, que as colocações de Marini sobre o desenvolvimento ter se dado de maneira subordinada às economias centrais é aplicável, dada a internacionalização financeira da economia. O Brasil, para atender à demanda de acumulação do capital internacional, precariza as legislações trabalhistas com o pretexto de ampliar as vagas de emprego, mas o que podemos observar até agora, apesar de o lapso temporal da efetivação da reforma trabalhista em 2017 ainda ser curto para que possamos fazer afirmações mais contundentes, a partir da “modernização” da CLT foi aumento de desemprego, informalidade e banalização da terceirização. Este último associado não só à superexploração como a degradação da saúde física e mental dos trabalhadores terceirizados.

Como já mencionado, o tempo não nos foi favorável para que pudéssemos capturar de modo mais assertivo as consequências da Reforma Trabalhista de 2017 sobre a superexploração do trabalho, mas se este trabalho estivesse sendo realizado em 2030 com certeza teríamos insumos para nossa análise.

O que é viável neste momento é deixar linhas exploratórias para pesquisas futuras, sobre como estarão as condições físicas, mentais e sociais dos trabalhadores daqui a dez anos, se o cenário se manterá estático, haverá melhora ou piora; como estarão as condições de trabalho. No caso exposto, dos trabalhadores associados a aplicativos de transporte e entrega, tidos como “empreendedores”, mas que não passam de trabalhadores alocados na informalidade e sem nenhum amparo ou garantia legal, continuarão trabalhando mais de 8 horas diárias por sete dias na semana? Se sofrerem algum acidente que resulte em invalidez, quem arca ou ampara este trabalhador? Terá a precedência do acordado sobre o legislado trazido algum ganho para o trabalhador, ou somente o empresário obteve vantagem nesta pauta? E as mães vinculadas a aplicativos, como farão para estar ao lado de seus filhos nos meses iniciais de vida sem garantias de uma fonte de renda? Como estarão os sindicatos daqui a dez anos com o fim da contribuição anual obrigatória e com o trabalho cada vez mais individualizado? São inúmeras linhas que se abrem, mas que atualmente não conseguimos obter essas respostas. Hoje

só nos é permitido concluir que a superexploração do trabalho está presente em todos os setores da economia, sejam eles formais, informais ou terceirizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C. *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. **Revista Jurídica**, Campinas, v. 03, Edição Especial – Dossiê Covid-19, p. 1-21, jun./2020. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH>. Acesso em: 2 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BIELSCHOWSKY; RICARDO. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 1-480.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Aprova a **Consolidação das Leis do Trabalho**. Rio de Janeiro, 1 maio 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.601, de 21 de janeiro 1998 – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Brasília, 21 jan. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9601.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.637, de 15 maio 1998– Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 15 maio 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.820, de 17 dezembro 2003– Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. Brasília, 17 dezembro 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.820.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.101, de 09 fevereiro 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília, 09 fevereiro 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.467, de 13 julho 2017 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 13 julho 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm; acessado em: 01 dez. 2020.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2777175/mod_resource/content/1/Theot%C3%B4nio%20dos%20Santos%20-%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

FURTADO; CELSO. **Análise do "Modelo" Brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO; CELSO. **Dialética do Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: (1945-2015)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OURIQUES, Nildo. **La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica**. 1. ed. Mexico: UNAM, 1995.

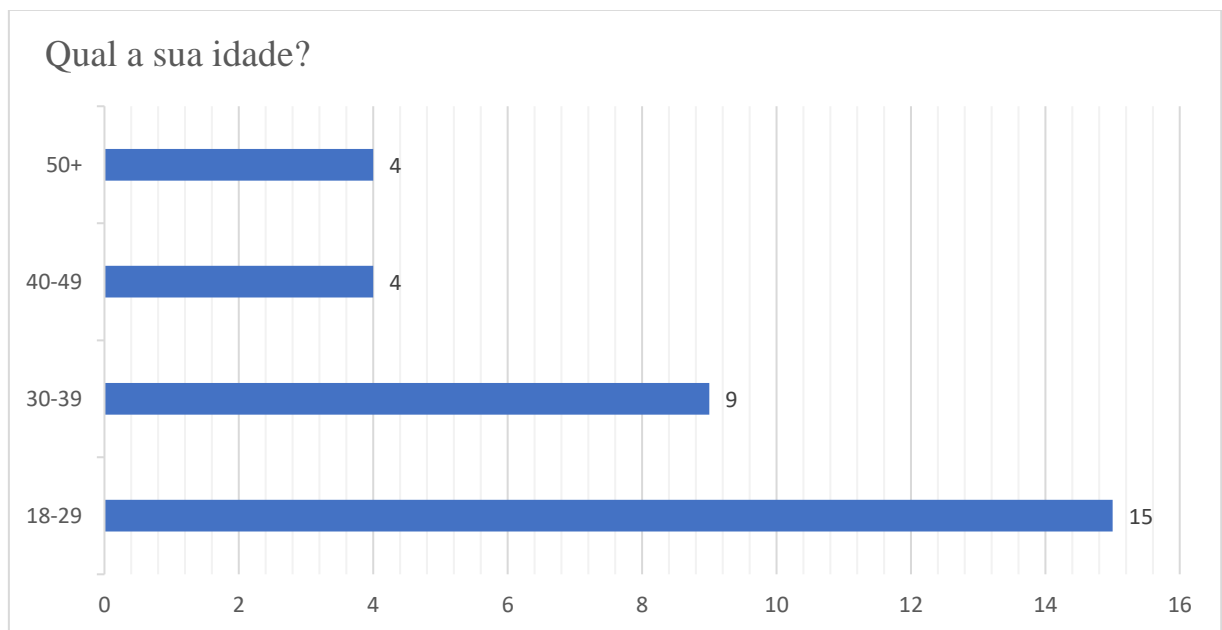
WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Anexo A – Resultado consolidado da pesquisa aplicada nos grupos de Facebook voltados para trabalhadores vinculados à aplicativos

Este formulário foi aplicado em grupos de Facebook voltados para motoristas e entregadores de aplicativo no período de 19 a 30 de outubro de 2020, através da técnica de amostragem “bola de neve”, buscando extrair desses trabalhadores as reais condições de trabalho que estão sujeitos, de modo que os resultados pudessem complementar os dados do IBGE e DIEESE.

Dados consolidados do formulário “Condições de trabalho nos aplicativos de entrega e transporte”

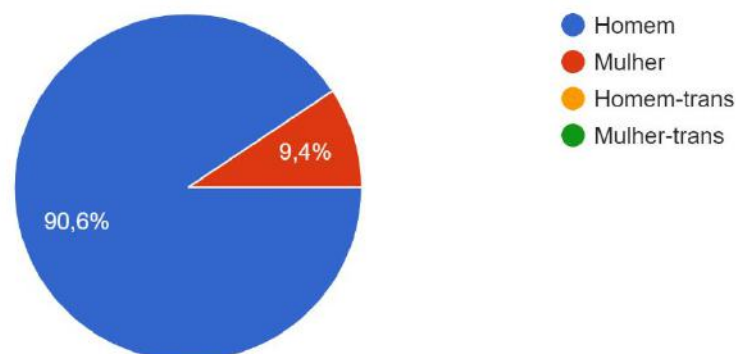
Pergunta 1:



Pergunta 2:

Como você se reconhece?

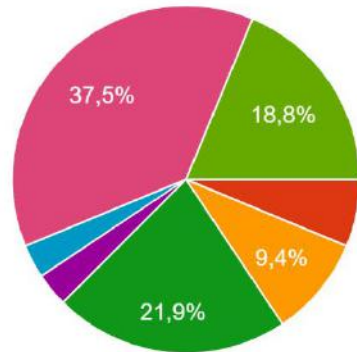
32 respostas



Pergunta 3:

Qual o seu grau de formação?

32 respostas

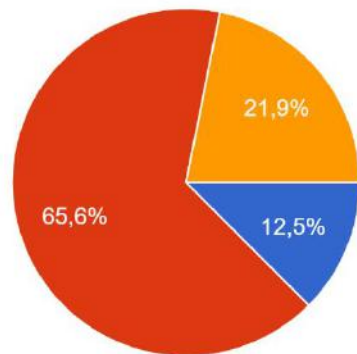


- Ensino fundamental - incompleto
- Ensino fundamental - completo
- Ensino médio - incompleto
- Ensino médio - completo
- Ensino técnico - incompleto
- Ensino técnico - completo
- Ensino superior - incompleto
- Ensino superior - completo
- Pós-graduado / Mestrado / Doutorado

Pergunta 4:

Já trabalhou de carteira assinada?

32 respostas



- AINDA TRABALHO
- Sim
- Não

Pergunta 5:

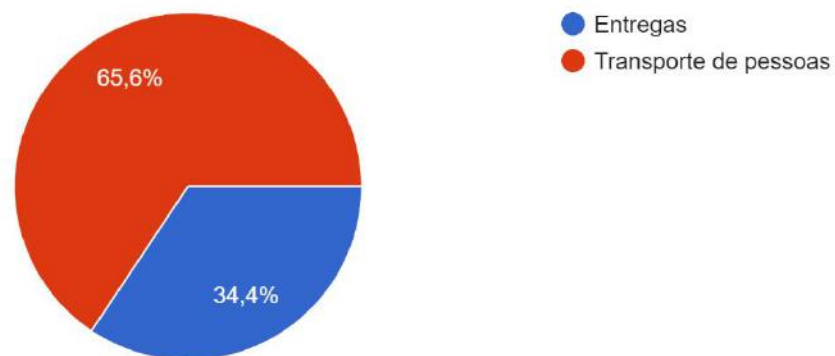
Há quanto tempo trabalha sem carteira assinada?



Pergunta 6:

Qual a finalidade do aplicativo que você é vinculado?

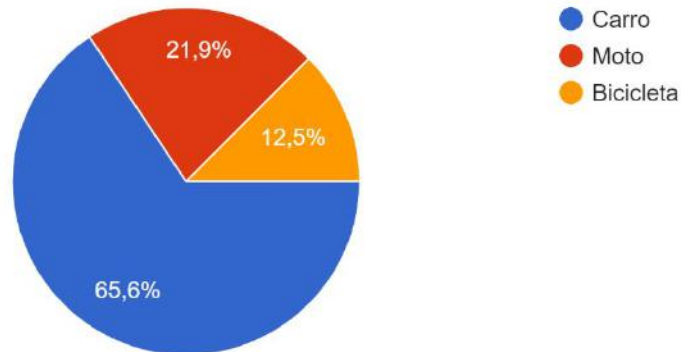
32 respostas



Pergunta 7:

Qual o meio de transporte utilizado para prestação do serviço?

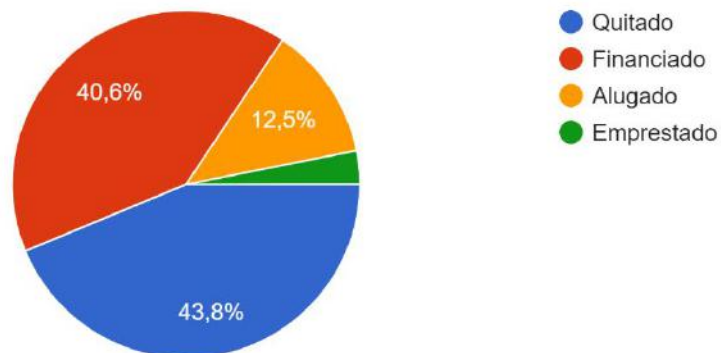
32 respostas



Pergunta 8:

Qual a situação do meio de transporte?

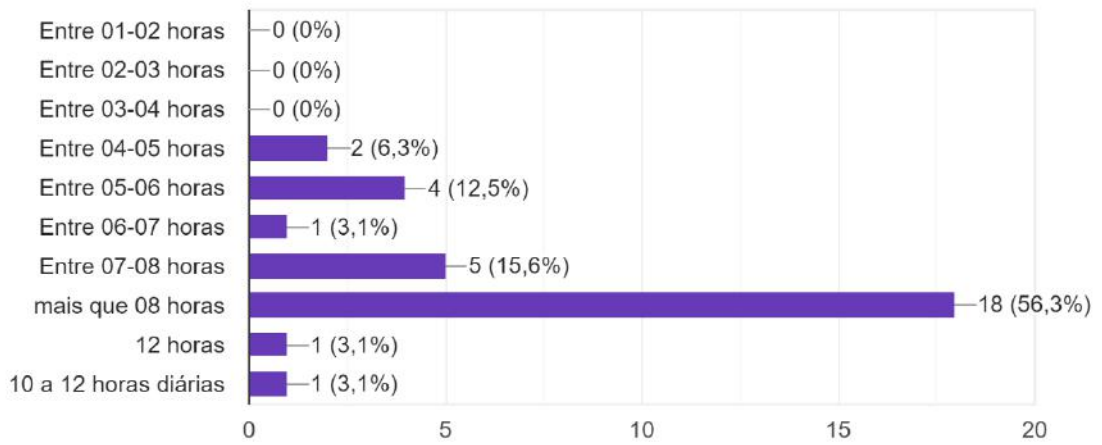
32 respostas



Pergunta 9:

Em média quantas horas por dia você trabalha?

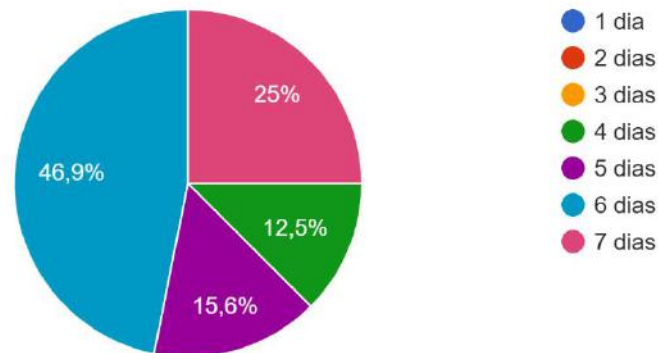
32 respostas



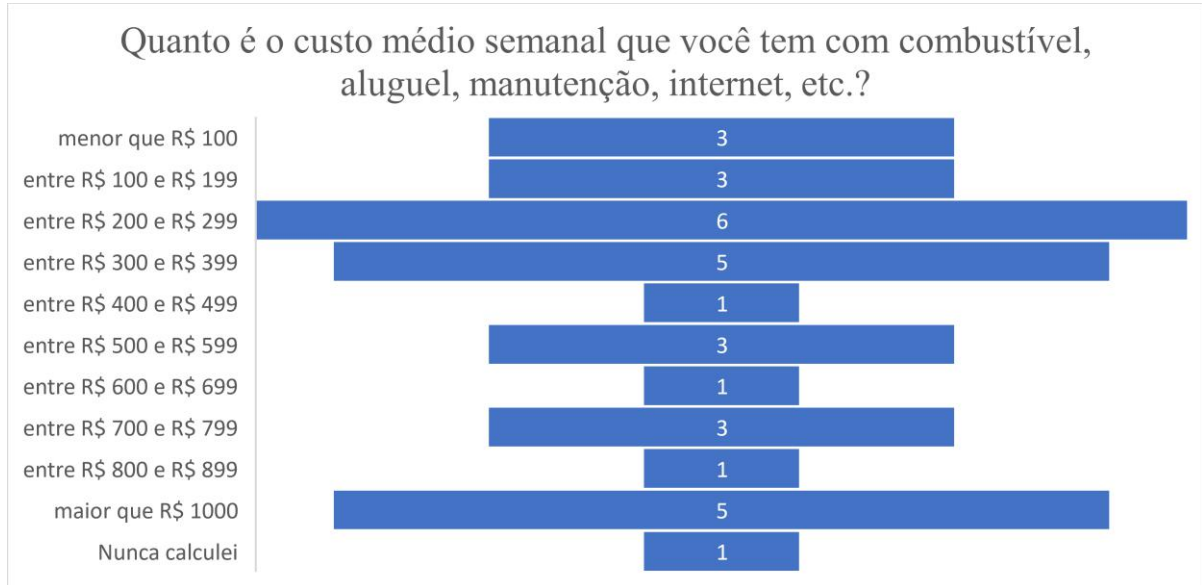
Pergunta 10:

Quantos dias por semana você trabalha?

32 respostas



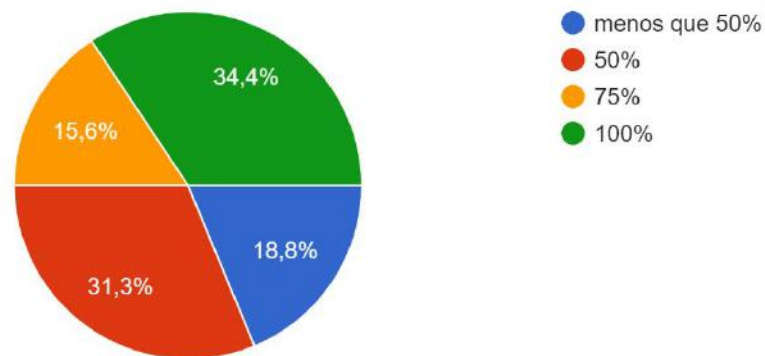
Pergunta 11:



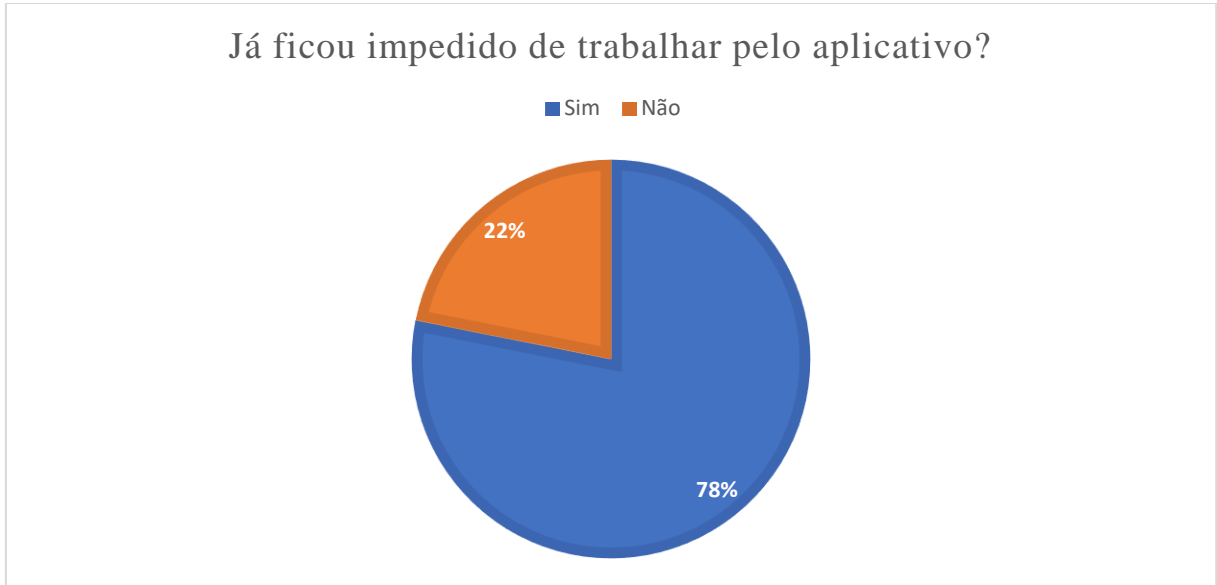
Pergunta 12:

Qual a participação da renda obtida através do aplicativo no orçamento familiar?

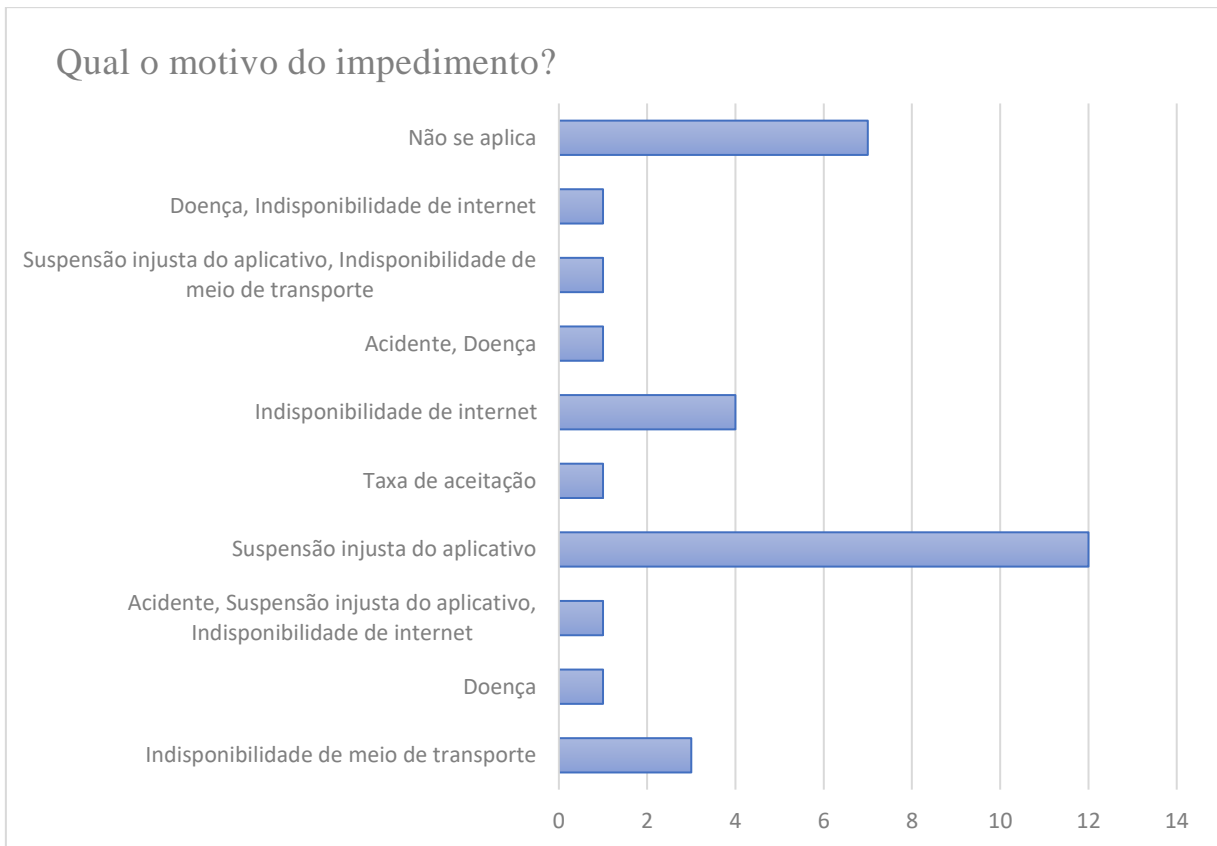
32 respostas



Pergunta 13:



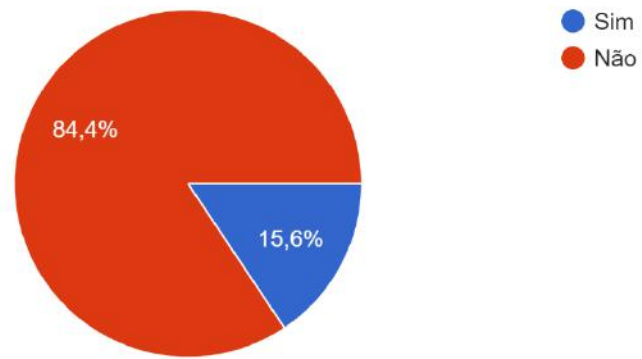
Pergunta 14:



Pergunta 15:

Já participou ou participa de algum tipo de articulação, para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de remuneração?

32 respostas



Anexo B – Resultado individualizado da pesquisa aplicada nos grupos de Facebook voltados para trabalhadores vinculados à aplicativos

Resultados individualizados do formulário “Condições de trabalho nos aplicativos de entrega e transporte”

Carimbo de data/hora	Qual a sua idade? (Utilize apenas números)	Como você se reconhece?	Qual o seu grau de formação?	Já trabalhou de carteira assinada?	Há quanto tempo está trabalhando sem carteira assinada?
10/19/2020 22:17:34	41	Homem	Ensino superior - incompleto	AINDA TRABALHO	Não aplica
10/19/2020 22:30:29	55	Homem	Ensino superior - incompleto	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/19/2020 22:39:34	50	Homem	Ensino técnico - completo	Sim	9 meses
10/19/2020 22:42:13	30	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	4 anos
10/19/2020 23:21:50	44	Homem	Ensino médio - completo	Sim	2 anos
10/19/2020 23:26:36	25	Homem	Ensino superior - completo	Sim	1 mês
10/19/2020 23:33:49	26	Homem	Ensino médio - completo	Sim	5 anos
10/19/2020 23:39:15	35	Homem	Ensino superior - completo	Sim	1 ano e meio
10/19/2020 23:42:54	40	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	3 anos
10/19/2020 23:50:17	35	Homem	Ensino superior - completo	Sim	1 ano
10/20/2020 0:06:00	25	Homem	Ensino superior - completo	Sim	2 anos
10/20/2020 0:14:48	26	Homem	Ensino médio - completo	Sim	2 anos
10/20/2020 0:30:11	29	Homem	Ensino superior - completo	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/20/2020 0:33:47	22	Homem	Ensino superior - incompleto	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/20/2020 0:35:06	30	Homem	Ensino superior - completo	Sim	7 meses
10/20/2020 0:57:49	63	Homem	Ensino fundamental - completo	Sim	25 anos
10/20/2020 3:08:32	32	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	5 anos
10/20/2020 6:33:01	25	Mulher	Ensino superior - incompleto	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/20/2020 6:37:15	33	Homem	Ensino superior - incompleto	AINDA TRABALHO	Não aplica
10/20/2020 7:15:22	44	Mulher	Ensino médio - completo	Sim	2 anos
10/20/2020 9:27:57	18	Homem	Ensino médio - incompleto	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/20/2020 10:40:29	25	Homem	Ensino médio - completo	Sim	7 meses
10/20/2020 15:05:02	29	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	7 meses
10/20/2020 16:35:07	31	Homem	Ensino médio - completo	AINDA TRABALHO	Não aplica
10/20/2020 20:01:55	38	Homem	Ensino superior - incompleto	AINDA TRABALHO	Não aplica
10/22/2020 13:02:56	23	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	1 ano
10/22/2020 16:06:52	23	Homem	Ensino médio - incompleto	Não	Nunca trabalhei de carteira assinada
10/22/2020 17:42:02	31	Homem	Ensino superior - incompleto	Sim	8 meses
10/22/2020 23:05:42	25	Homem	Ensino técnico - incompleto	Sim	7 meses
10/22/2020 23:44:30	20	Homem	Ensino médio - completo	Não	2 anos
10/23/2020 7:29:43	25	Homem	Ensino fundamental - completo	Sim	2 anos
10/23/2020 14:06:42	50	Mulher	Ensino médio - incompleto	Sim	2 anos

Qual a finalidade do aplicativo que você é vinculado?	Qual o meio de transporte utilizado para prestação do serviço?	Qual a situação do meio de transporte?	Em média quantas horas por dia você trabalha?	Quantos dias por semana você trabalha?	Qual a renda média obtida semanalmente?
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	Entre 05-06 horas	4 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Quitado	10 a 12 horas diárias	6 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Quitado	mais que 08 horas	7 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	5 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Alugado	Entre 07-08 horas	6 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	7 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Emprestado	mais que 08 horas	7 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	6 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	12 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Alugado	Entre 07-08 horas	6 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Quitado	Entre 06-07 horas	5 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Quitado	Entre 07-08 horas	5 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	Entre 07-08 horas	7 dias	superior a R\$ 1000
Entregas	Moto	Quitado	Entre 04-05 horas	5 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Transporte de pessoas	Carro	Quitado	Entre 07-08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	Entre 05-06 horas	4 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Entregas	Bicicleta	Quitado	Entre 05-06 horas	4 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Entregas	Bicicleta	Alugado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Entregas	Moto	Quitado	mais que 08 horas	6 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	mais que 08 horas	7 dias	superior a R\$ 1000
Transporte de pessoas	Carro	Financiado	Entre 05-06 horas	7 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Entregas	Moto	Quitado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Entregas	Bicicleta	Quitado	mais que 08 horas	6 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Entregas	Bicicleta	Alugado	mais que 08 horas	6 dias	superior a R\$ 1000
Entregas	Moto	Quitado	mais que 08 horas	5 dias	R\$ 600 - R\$ 1000
Entregas	Moto	Quitado	mais que 08 horas	7 dias	superior a R\$ 1000
Entregas	Moto	Quitado	Entre 04-05 horas	4 dias	R\$ 265 - R\$ 600
Entregas	Moto	Quitado	mais que 08 horas	7 dias	superior a R\$ 1000

(02/03)

Quanto é o custo médio semanal que você tem com combustível, aluguel, manutenção, internet, etc.?	Qual a participação da renda obtida através do aplicativo no orçamento familiar?	Já ficou impedido de trabalhar pelo aplicativo?	Qual o motivo do impedimento?	Já participou ou participa de algum tipo de articulação, para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de remuneração?
R\$ 140,00	50%	Não	Não se aplica	Não
Nunca calculei	100%	Sim	Indisponibilidade de meio de transporte	Não
R\$ 1.800,00	menos que 50%	Sim	Doença	Não
R\$ 700,00	100%	Sim	Acidente, Suspensão injusta do aplicativo, Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 300,00	menos que 50%	Sim	Indisponibilidade de meio de transporte	Não
R\$ 600,00	75%	Não	Não se aplica	Não
R\$ 700,00	75%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 200,00	50%	Sim	Taxa de aceitação	Não
R\$ 1.000,00	50%	Sim	Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 250,00	menos que 50%	Sim	Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 400,00	100%	Não	Não se aplica	Sim
R\$ 2.500,00	100%	Sim	Acidente, Doença	Não
R\$ 550,00	100%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 700,00	100%	Sim	Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 850,00	75%	Não	Não se aplica	Não
R\$ 300,00	100%	Sim	Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 8.000,00	75%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo, Indisponibilidade de meio de transporte	Não
R\$ 200,00	50%	Não	Não se aplica	Sim
R\$ 200,00	50%	Não	Não se aplica	Não
R\$ 500,00	50%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Sim
R\$ 100,00	menos que 50%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 20,00	100%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 350,00	50%	Sim	Indisponibilidade de meio de transporte	Sim
R\$ 350,00	75%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Sim
R\$ 250,00	menos que 50%	Não	Não se aplica	Não
R\$ 130,00	100%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 30,00	50%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 96,00	100%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 300,00	50%	Sim	Doença, Indisponibilidade de internet	Não
R\$ 500,00	menos que 50%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 1.000,00	50%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não
R\$ 200,00	100%	Sim	Suspensão injusta do aplicativo	Não

(03/03)